

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIANA APARECIDA FARIAS ALMEIDA

**A GEOGRAFIA DO COTIDIANO: DINÂMICAS
TERRITORIAIS E TERRITORIALIDADES NA ILHA DO
LAGEDO – SÃO FRANCISCO/MG**

MONTES CLAROS/MG
NOVEMBRO/2022

MARIANA APARECIDA FARIAS ALMEIDA

**A GEOGRAFIA DO COTIDIANO: DINÂMICAS TERRITORIAIS E
TERRITORIALIDADES NA ILHA DO LAGEDO – SÃO
FRANCISCO/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise
Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços
Urbanos e Rurais

Orientadora: Prof. Dra. Ana Ivania Alves Fonseca

MONTES CLAROS/MG
NOVEMBRO/2022

A447g Almeida, Mariana Aparecida Farias.
A geografia do cotidiano [manuscrito]: dinâmicas territoriais e territorialidades na Ilha do Lagedo - São Francisco - MG/ Mariana Aparecida Farias Almeida. – Montes Claros, 2022.
103 f. : il.

Bibliografia: f. 94-100.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Ivania Alves Fonseca.

1. Povos e comunidades tradicionais - Vida ribeirinha. 2. Agricultura de Vazante - São Francisco, Rio. 3. Lagedo, Ilha do (MG). 4. Territorialidade humana. I. Fonseca, Ana Ivania Alves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: dinâmicas territoriais e territorialidades na Ilha do Lagedo - São Francisco - MG

**A GEOGRAFIA DO COTIDIANO: DINÂMICAS TERRITORIAIS E
TERRITORIALIDADES NA ILHA DO LAGEDO – SÃO FRANCISCO/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Data de aprovação: ____/____/____

Banca:

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Ivania Alves Fonseca
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof^o. Dr. Cássio Alexandre da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof^o. Dr^o. Sérgio Leandro Sousa Neves
Instituto Federal do Norte de Minas – IFNM (Campus Diamantina)

MONTE CLAROS/MG
NOVEMBRO/2022

*Dedico este trabalho as **gentes** do rio São Francisco, em especial aos vazanteiros da Ilha do Lagedo e da Comunidade do Lagedo, homens e mulheres com quem aprendi que o fluir da vida é como um rio; no correr de suas águas, cabe a nós aceitar os ciclos sempre com a alegria, a coragem e a esperança.*

*... nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a
fora, rio a dentro — o rio...*
(*João Guimarães Rosa*)

AGRADECIMENTOS

Todo caminho da gente é resvaloso. Mas também, cair não prejudica demais – a gente sobe, a gente volta! O correr da vida embrulha tudo, a vida e assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

(João Guimarães Rosa)

As palavras do João Guimarães Rosa me fizeram recordar minha trajetória e as pessoas que foram importantes em meu caminhar, transmitindo força, coragem e resiliência. O medo e a insegurança sempre fizeram parte do meu viver e, muitas vezes, me travou internamente, bloqueando os meus caminhos. Engavetei, por quase dez anos, o projeto de ingressar em uma pós-graduação, pois não me sentia segura o suficiente. Enveredei pela área da educação, atuando como professora da educação básica. Em minhas práticas pedagógicas, sempre incentivei os meus alunos a acreditarem em si mesmos e a terem coragem.

Ao encorajá-los, percebi que era possível sonhar novamente. Assim, desengavetei meu projeto e fui em busca de um sonho. Retomei os estudos, como aluna especial, no Mestrado em Geografia, momento em que enfrentei meus pensamentos irresolutos e experimentei o inverno da alma. Apesar das inseguranças, dei continuidade aos meus objetivos e agora encerro essa etapa importante no âmbito acadêmico e profissional: ser *mestre* em Geografia.

Isso só me foi possível graças às pessoas que sempre estiveram presentes em meu caminhar e seguraram a minha mão nos momentos mais difíceis, os quais vivenciei durante o período da pós-graduação. O sentimento que eu tenho hoje é de gratidão. Gratidão primeiramente à Deus, por ter me proporcionado forças, quando me sentia sozinha. Foi nos braços d'Ele que me sentia acolhida.

À minha mãe, Ana Barbosa Farias, que, mesmo não tendo a oportunidade de estudar devido às condições de pobreza extrema, sempre me incentivou e cuidou da minha educação.

À minha irmã, Maíra Farias Almeida, que supriu minhas ausências e assumiu, muitas vezes, a responsabilidade de cuidar da minha mãe; sempre com paciência e sabedoria. Minha querida, saiba que aprendo muito com você sobre o dom do silêncio e o esperar em Deus e Nossa Senhora.

Aos meus avós paternos (in memória), Vô Amâncio e Vó Joaquina, que não mediram esforços para me educar e me ensinaram sobre os valores da família e dos estudos.

Aos meus avós maternos, Vô João (*in memoriam*) e Vó Maria, que, com sabedoria e simplicidade, me ensinaram sobre o valor de nossas raízes e me mostraram as belezas do mundo rural.

A todos os meus familiares, em especial a Madrinha Cida e Licinha, minhas mães do coração. Sem elas, jamais chegaria até aqui.

À minha prima Dri, ao primo Léo Veloso e ao primo Rick, pois sempre acreditaram em meus sonhos e me ajudaram a vivenciá-los. Seus conselhos me foram de grande valor.

À Géssica Braga de Almeida, amiga-irmã e parceira das lutas por justiça social e uma educação de qualidade. Ter você ao meu lado tornou meu caminhar mais brando e seguro, gratidão pelas partilhas e por não me deixar esquecer que “ninguém solta à mão de ninguém”.

Aos meus amigos Renato Oliveira e Dilma Maria. Agradeço por todo apoio de sempre. Ter vocês ao meu lado é sinônimo de segurança e sabedoria, com vocês aprendi sobre ausências e silêncios, sobre as pausas tão necessárias.

À Sabrina Martins, professora de Geografia e Geógrafa mais “arretada” que eu conheço. Grande amiga, cujo exemplo de luta e resistência me ensinou a superar os desafios acadêmicos.

Aos amigos Marcela Souza, Vanessa Reis, Stéfany Queiroz e Leandro Pereira. Vocês se dispuseram em a minhas escutas diárias e acolheram, com ternura, meus desabafos. Sou grata pela partilha e diálogos motivadores.

Às minhas amadas, Joelena, Fran, Joice, Emylle e Érika, companheiras desde o período da graduação, amigas e parceiras de sonhos e lutas. Por intermédio de vocês, aprendi muito sobre a importância dos movimentos sociais no mundo rural e a força da mulher.

À minha psicóloga Dra^a Joana, pessoa mais que maravilhosa. Sou grata por me ensinar a conviver com os meus medos e minhas inseguranças, e por ter sido o arauto da reconstrução do meu amor pela vida. Através de sua competência e sabedoria, aprendi o valor do afeto e do abraço.

Aos meus alunos e também aos colegas da Escola Estadual José Francisco Guimarães, em especial, Mauricinho, Mateus Lucas, Antônio, Ambrosina, Starley e Jeane. Obrigada por toda ajuda, acolhida e compreensão das minhas ausências.

À minha orientadora professora Dr^a Ana Ivânia Alves Fonseca, gratidão por todo esclarecimento e direcionamento, principalmente quando me sentia perdida e estava prestes a

desistir de tudo. Você é mais que uma orientadora. Tem um coração maravilhoso e um dom incrível de incentivar as pessoas. Suas palavras de apoio foram essenciais para que eu prosseguisse após um período conturbado e sem esperança.

Ao professor Drº Cássio Alexandre da Silva pelos diálogos, direcionamento e sugestões. Suas contribuições foram de suma importância na construção desse trabalho.

Ao professor Drº Sérgio Leandro Sousa Neves por aceitar cordialmente compor a banca desta dissertação e por ter compartilhado suas produções acadêmicas com prontidão.

Aos meus colegas do mestrado pela cumplicidade, amizade e troca de conhecimentos. Agradeço, em especial, à Kaline Moreira, pois não mediu esforços em esclarecer minhas dúvidas, propondo-me uma interlocução profícua e produtiva. Seguramente, seus diálogos enriquecedores contribuíram para o traçado correto em minha jornada acadêmica. Amo ouvir o seu sotaque nordestino.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO e a Universidade Estadual de Montes Claros.

Às gentes do rio, em especial a Dona Lúcia e família, pela acolhida e estadia durante os trabalhos de campo.

Por fim, a minha gratidão a todos que contribuíram para que esse trabalho fosse concluído!

RESUMO

A agricultura de vazante é uma atividade extremamente importante para a população ribeirinha do São Francisco, sendo geradora de alimento, renda e de um modo vida e cultura peculiar, protagonizada pelos vazanteiros. A presente dissertação tem como objetivo conhecer os modos de vida dos vazanteiros na Ilha do Lagedo e o sistema de manejo como prática tradicional sustentável, o processo de territorialização e construção da identidade local por meio da geografia do cotidiano. A elaboração dessa dissertação parte de uma perspectiva interativa entre o campo da Geografia e da Antropologia, para tanto foi utilizada como metodologia: análises bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e o uso de métodos etnográficos, para fins de compreensão das dinâmicas territoriais e das territorialidades. Assim, esta dissertação parte da perspectiva das análises territoriais dos vazanteiros e das territorialidades que são construídas por meio das experiências empíricas e dos saberes tradicionais locais, marcada por um profundo conhecimento das regras da natureza e um sentimento de afetividade pelo território vivido.

Palavras-chave: Agricultura de Vazante; Ilha do Lagedo; Território e Territorialidades; Rio São Francisco; Modos de Vida.

ABSTRACT

Floodplain agriculture is an extremely important activity for the population living along the São Francisco River, generating food, income and a peculiar way of life and culture, led by the vazanteiros. In this sense, the present work aims to understand the ways of life of the vazanteiros on Lagedo Island and the management system as a sustainable traditional practice, the process of territorialization and construction of local identity through the geography of everyday life. The elaboration of this work is based on an interactive perspective between the fields of Geography and Anthropology, for which we used as methodology: bibliographic analysis, semi-structured interviews and ethnography, in order to understand the territorial dynamics and territorialities. Thus, the elaboration of this work starts from the perspective of territorial analyses of the vazanteiros and the territorialities that are built through empirical experiences and local traditional knowledge, marked by a deep knowledge of the rules of nature and a feeling of affection for the territory lived.

Key Words: Floodplain agriculture; Lagedo island; Territory and Territorialities; São Francisco River; Ways of Life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Área de incidência da “Articulação Vazanteiros em Movimento”	23
Figura 02 -	As ilhas e comunidades vazanteiras do Alto-Médio São Francisco integradas a “Articulação Vazanteiros em Movimento”	24
Figura 03 -	Comunidades pertencentes ao Território Quilombola do Bom Jardim da Prata.....	38
Figura 04 -	Dinâmica territorial no espaço-tempo.....	39
Figura 05 -	Sistema T-D-R em Comunidades Tradicionais.....	40
Figura 06 -	Território e Polissemia em HAESBAERT.....	43
Figura 07 -	Localização da Ilha do Lagedo e sua estrutura territorial.....	52
Figura 08 -	Ciclo das águas na Ilha do Lagedo - julho de 2021/fevereiro de 2022 ...	63
Figura 09 -	Perfil cartográfico de uso do solo na Ilha do Lagedo	73
Figura 10 -	Ciclos dos plantios na Ilha do Lagedo, de acordo com as estações do ano.....	80
Figura 11 -	Estrutura das áreas de quintais	87

LISTA DE FOTOS

Foto 01 -	Retomada do trabalho de campo e percurso até a Ilha do Lagedo.....	29
Foto 02 -	Família de vazanteiros em direção à cidade (perímetro urbano de município).....	30
Foto 03 -	Barracão do Gilvan.....	57
Foto 04 e 05 -	Casa do José Geraldo	58
Foto 06 e 07 -	Bombeamento da água.....	59
Foto 08 e 09 -	Período das cheias e das secas – dezembro 2021/fevereiro 2022	61
Foto 10 -	Áreas inundadas na Ilha do Laegedo	63
Foto 11 -	Nível da água ao atingir a árvore.....	65
Foto 12 -	Nível de inundação no barraco do Gilvan.....	65
Foto 13 -	Deposição de sedimentos no barraco do Gilvan após a cheia	66
Foto 14 -	Partida do gado na Comunidade de São Domingos	67
Foto 15 -	Chegada do gado na Ilha do Lagedo em área de ponta de praia.....	68
Foto 16 -	Reunião com INCRA sobre a titularização do Território Quilombola de Bom Jardim da Prata	77
Foto 17 -	Reunião sobre Direitos Territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais na Comunidade do Lagedo	77
Foto 18 -	Plantio da melancia em área de lameiro após o período das secas.....	83
Foto 19 -	Plantio da abóbora em área de lameiro.....	84
Foto 20 -	Plantio do feijão na área denominada como segundo lameiro.....	84
Foto 21 -	Plantio do feijão nas terras-altas e nas proximidades das áreas de baixão	85
Foto 22 -	O plantio da mandioca e da cana	86
Foto 23 -	Produção das frutas de quintais.....	88
Foto 24 -	Vista panorâmica da casa do Xico nas terras-altas	89
Foto 25 -	Cozinha externa e área de lazer	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Direito de uso do território e produção agrícola	56
Tabela 2 -	Calendário de produção agrícola dos vazanteiros da Ilha do Lagedo	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - O território da Ilha do Lagedo e os grupos sociais vinculados de forma direta e indiretamente	21
Quadro 02 - Comunidades Vazanteiras do Alto-Médio São Francisco e o uso dos territórios	21
Quadro 03 - O Conceito Geográfico e suas dimensões de análises territoriais	42

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico

APP – Área de Proteção Permanente

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

PPGEO – Programa de Pós-graduação em Geografia

PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

P1MC – Programa Um milhão de Cisternas

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Os caminhos da pesquisa	26
CAPÍTULO 1: A Geografia do Território e as dinâmicas territoriais.....	33
1.1 O Rio São Francisco e o Território dos Povos Tradicionais.....	33
1.2 Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização	38
1.3 Do território a territorialidade	43
CAPÍTULO 2: A Geografia do cotidiano, o viver entre margens e travessias	48
2.1 O processo de formação e ocupação territorial das ilhas no Alto-Médio São Francisco	50
2.2 A estrutura produtiva e socioterritorial: o ser vazanteiro e o vir a ser vazanteiro	70
2.3 O viver na Ilha do Lagedo e as práticas do saber fazer	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

*No sertão, se não há sinal de água, não há homem de ficada...
Não se encontra um rancho perdido no meio do cerrado. Se uma fumacinha subiu
de uma chaminé é possível logo deduzir que, por perto tem água e uma tira de terra
boa. O homem não se instala longe da água. (João Naves de Melo)*

Mediante as palavras do João Naves de Melo¹, começo relatando os primeiros motivos que me levaram a escolher essa temática como objeto de estudo. O autor, com sua poética, destaca, por meio da palavra lírica, o quanto o Rio São Francisco é marcante na vida e no habitar do sertão norte-mineiro, e eu, como uma “barranqueira”², sempre fui atraída pelas águas do São Francisco, sua beleza, suas gentes e suas peculiaridades.

O rio São Francisco marcou minha infância. Sempre tive curiosidade sobre os mistérios de suas águas e suas gentes. Em meio às lendas, aos mitos, à pesca, aos barcos que o atravessavam – e atravessam de tudo quanto há –, via um universo peculiar. Um belo dia, ao observar as travessias, notei um barco cheio de abóbora, e me perguntei de onde vinha. Foi a primeira vez que tive conhecimento das ilhas do São Francisco e sobre os vazanteiros. Nesse período, já estava cursando Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e iniciado minha trajetória acadêmica.

Como pesquisadora, passei a observar holisticamente a paisagem do Rio São Francisco, buscando nela apreender e decifrar suas formas, representações enquanto espaço de natureza e de cultura. Por meio dos conhecimentos acadêmicos adquiridos durante as disciplinas do curso, aprimorei meu olhar e, assim, articulei o cenário do Rio São Francisco às diferentes formas de trabalho, saberes e pessoas. As leituras acadêmicas e os diálogos estabelecidos com as gentes do rio fizeram com que eu passasse a perceber as diferentes configurações de construção e desconstrução dos espaços, que, ao desdobrarem os cenários da vida e do trabalho, se traduzem como saberes tradicionais únicos. E nesse transmutar entre o mundo acadêmico e o mundo dos saberes tradicionais locais, meu olhar voltou-se a um território pouco desvendado em outros estudos: a Ilha do Lagedo.

¹ João Naves de Melo é professor, advogado, escritor, ambientalista, membro da Comissão Mineira de Folclore, Membro da Academia de Letras e Ciência do Vale do São Francisco e editor do jornal *Veredas* (em formato digital) Disponível em <https://www.facebook.com/veredassaofrancisco/>. Acesso em maio 2021.

² Termo popular utilizado para designar as pessoas residentes na margem do Rio São Francisco, na cidade de São Francisco, localizada no Norte de Minas Gerais.

A Ilha do Lagedo é uma extensão de terra localizada no Rio São Francisco a aproximadamente 23 quilômetros do perímetro urbano do município de São Francisco. Por ser circundada pelo rio, todos os moradores mantêm o laço afetivo e social associado à dinâmica das águas, da fauna e da flora local. Sua ocupação se originou em meados da década de 1960, com intensificação do fluxo em 1970, sendo realizada por famílias de agricultores oriundas das proximidades que não possuíam terra. Tais agrupamentos familiares passaram a ocupar a ilha e a desenvolver áreas de plantios, moradia e sociabilidade territorial.

Meu primeiro contato com ilha se deu em meados de abril de 2010, durante as pesquisas de campo sobre comunidades pesqueiras. Aportei na ilha para dialogar com as pessoas que ali residiam. Pude, então, notar plantações e um barco com carregamento de aboboras, o que me fez recordar da primeira vez que vi um barco desse navegando próximo ao Porto do Quebra. No decorrer de todo o período de pesquisa, a ilha se tornou um lugar no qual eu aportava, e, assim, comecei a observar as peculiaridades quanto aos modos de vida dos seus habitantes e seus mais diversos saberes tradicionais. Após a conclusão da pesquisa, senti a necessidade de voltar meu olhar geográfico exclusivamente para a ilha, de modo que elaborei um projeto de pesquisa na área da Geografia Humana com ênfase ao Território e as Territorialidades da Comunidade Vazanteira da Ilha do Lagedo. Todavia, por motivos pessoais, tive que engavetá-lo.

No ano de 2012, retomei o contato com os vazanteiros através do Centro de Agricultura do Norte de Minas – CAA/NM, especificamente com os vazanteiros da Ilha do Pau de Légua e Quilombo da Lapinha localizados respectivamente no município de Manga e Matias Cardoso no norte de Minas Gerais. No mesmo ano, ao fazer uma viagem de lazer em Pirapora/MG, me deparei com a Ilha das Pimentas e, por lá, fiquei por um período de sete dias. Ao conhecer de forma mais densa sobre os modos de vida vazanteira, senti a necessidade de estudar a Comunidade Vazanteira da Ilha do Lagedo. No ano de 2018, mantive contato constante com a comunidade, no entanto só pude iniciar os estudos, em 2020, com o ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/Unimontes.

Ao retomar o contato com a comunidade, identifiquei que, não muito diferente das demais ilhas norte-mineiras, os vazanteiros da ilha do Lagedo também buscavam adequar-se a um modo de vida diferente dos demais povos ribeirinhos³ e grupos sociais locais. Apesar de

³ (...) os povos ribeirinhos são considerados comunidades tradicionais que residem nas proximidades dos rios, possuem modo de vida, baseado no uso e na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade do ambiente em que vivem; além de se auto reconhecerem desta maneira, caracterizando um empoderamento sobre seus saberes tradicionais, sua cultura e sua relação com a natureza (POSEY, 1980; Lira e Chaves, 2016).

possuírem sistema próprio de produção com características intrínsecas no viver entre-águas como as demais comunidades vazanteiras, também apresentavam suas especificidades. Em função disso, entendo que é de grande relevância pesquisar as formas das manifestações territoriais vivenciadas por estes sujeitos, buscando compreender como eles interagem com meio ambiente, como se organizam socialmente, como produzem e reproduzem no rio São Francisco, num processo de re-existir enquanto vazanteiro a partir da construção do território e territorialidade local.

Marcelo Lopes de Souza (2008) compreende que nesse contexto

“o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade, a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 2008 p.86)

Dadas as análises prévias, tornou-se evidente que algumas modificações no território da Ilha, muitas delas associadas à estrutura produtiva e ao uso do território, o que fez surgir novas indagações. Qual a dinâmica territorial existente? Qual a estrutura produtiva predominante? Quem são as pessoas que vivem nesse território e como se organizam socialmente? De que forma as pessoas vivem e quais as suas experiências socioterritoriais? Como elas se relacionam com o meio ambiente, sobretudo com o rio? Quem são as pessoas que utilizam o território e não residem no local? Em que os vazanteiros se diferenciam dos demais usuários da ilha? Quais as categorias identitárias presentes no território? Quais foram as alterações territoriais? Essas alterações ocorreram em função de quais elementos? Qual a peculiaridade presente em relação às demais ilhas norte-mineiras? Quais aspectos tradicionais permanecem vivos neste território?

Estas indagações me fizeram refletir sobre os diversos tipos de vivências que re-significam o território ao longo do tempo e o campo de forças oriundo de grupos distintos presentes no mesmo, principalmente em territórios de comunidades tradicionais. No território da Ilha do Lagedo, fazem uso das vazantes grupos sociais diversos, que são divididos em duas categorias: moradores da Ilha do Lagedo e usuários do Rio São Francisco que não residem na ilha.

Como moradores da Ilha do Lagedo, temos o vazanteiro e o agricultor familiar. Estes plantam as vazantes na ilha, e alguns costumam criar gados, por isso se denominam como agricultores familiares. No entorno da ilha, é possível identificar outros tipos de grupos sociais. Atribuídos como demais usuários do rio e que não residem na ilha, temos os quilombolas da Comunidade do Lagedo, considerados como tais por pertencerem ao grande

Território Quilombola de Bom Jardim da Prata; os agricultores familiares da Comunidade de São Domingos, os pescadores artesanais e os fazendeiros. Conforme o quadro 01,

TERRITÓRIO DA ILHA DO LAGEDO	
Moradores da Ilha do Lagedo	Usuários do Rio São Francisco
Vazanteiro	Quilombolas da Comunidade do Lagedo
Agricultor Familiar	Fazendeiros
	Pescadores artesanais
	Ribeirinhos
	Agricultores Familiares de São Domingos

Quadro 01: O território da Ilha do Lagedo e os grupos sociais vinculados de forma direta e indiretamente. Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

No quadro acima, percebe-se que o Território da Ilha da Lagedo expande os limites geográficos da ilha, integrando um território ribeirinho mediante às relações que se estabelecem entre os grupos distintos explicitas nas dinâmicas socioambientais. O território vazanteiro é fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado, apresentando identidade territorial e estreita relação com a dinâmica das águas e ecossistema local (OLIVEIRA, 2005). Desse modo, se configura um território-rede, sendo composto por significados determinados por quem o constrói ou para quem dele usufrui. Daí surgem os “de fora” e “os de dentro”, tendo como eixo central o rio São Francisco. Nas águas do Rio São Francisco, são inúmeras ilhas, algumas de pequena e outras com grande extensão territorial⁴.

Dayrell (2020), em sua tese sobre as populações tradicionais norte-mineiras, mapeou as comunidades vazanteiras. Seus estudos apontam que em Minas Gerais temos registros de 41 ilhas e localidades vazanteiras. São comunidades vivendo ao longo do rio desde de Pirapora e Buritizeiro até os municípios de Juvenília e Matias Cardoso, compondo uma pluralidade territorial das vazantes. Tem-se comunidades Vazanteiras de ilhas, Quilombolas-Vazanteiras, Vazanteiros de Terra Firme, todas elas com uma produção agrícola voltada para a subsistência, como sintetiza o quadro 02.

COMUNIDADES VAZANTEIRAS DO SÃO FRANCISCO - NORTE DE MINAS GERAIS			
Quem são?	Vazanteiros de Ilha	Vazanteiros- Quilombolas	Vazanteiros de Terra Firme

⁴ A extensão territorial das ilhas do São Francisco está indiretamente relacionada ao número de unidades familiares que ocupam o território insular e a produção agrícola.

Localização geográfica	Ilha de água doce	Quilombo-Ilha; Quilombo	Margem direita e esquerda do rio
Tipo de atividade agrícola	Cultivo de hortaliças de hortaliças, feijão, melancia, milho, melão, mandioca, criação de animais de animais de pequeno porte (galinhas e porcos)	Cultivo de hortaliças, feijão, melancia, milho, mandioca, criação de animais (galinha, porcos, gado curraleiro), produção de frutas de quintais.	Cultivo de hortaliças, feijão, melancia, milho, mandioca, criação de animais (galinha, porcos, gado curraleiro), produção de frutas de quintais.

Quadro 02: Comunidades Vazanteiras do Alto-Médio São Francisco e o uso dos territórios. Org.: DAYRELL, C. A. 2020, adaptação minha.

No ano de 2007, após publicação do Decreto nº 6040, ampliou-se a discussão sobre os direitos do vazanteiros enquanto Povos e Tradicionais. Nesse mesmo ano, iniciou-se a articulação de lideranças das mais diversas comunidades vazanteiras intitulada de “Vazanteiros em Movimento”, cujo objetivo é a luta pelo direito territorial, segurabilidade social, segurança ambiental e alimentar. Estudos realizados por Oliveira (2005), Araújo (2009), Camenietzki (2011) e Anaya (2012) abordaram as dinâmicas socioambientais, a luta pelo território e justiça social das seguintes comunidades vazanteiras: Ilhas Pau de Léguas, Quilombo da Lapinha e Pau Preto, Ilha da Capivara e Ilha do Jenipapo, localizadas respectivamente nos municípios de Manga, Matias Cardoso, Januária e Itacarambi. Esses estudos demonstraram a importância da articulação de lideranças vazanteiras por meio dos “Vazanteiros em Movimento” e o quanto esse movimento fortaleceu a (re) existência do grupo perante os processos de exclusão social.

Ao analisar os relatórios, laudos antropológicos, georreferenciados produzidos no âmbito acadêmico e as cartas de encaminhamentos, manifestos e demais documentos produzidos pelo “Vazanteiros em Movimento”, tornou-se cristalino o fato de que a Ilha do Lagedo, enquanto comunidade vazanteira, era pouco citada. Através dos mapas abaixo, é possível notar o território vazanteiro da articulação “Vazanteiros em Movimento”. Na figura 01, a área em vermelho se refere às ilhas e/ou vazantes pertencentes à articulação, perímetro que não abarca as vazantes do município de São Francisco. Na figura 02, temos a catalogação das vazantes integradas ao “Vazanteiros em Movimento”, e a Ilha do Lagedo não é citada.

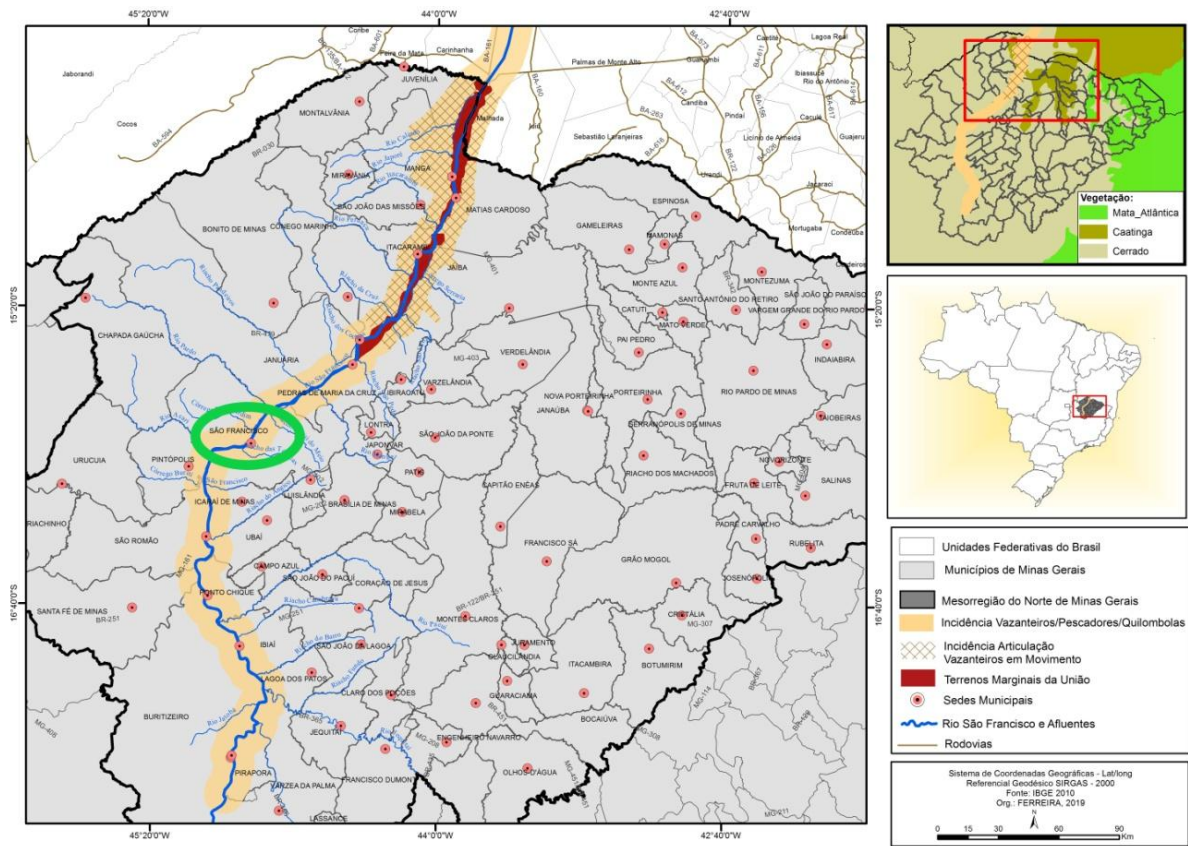


Figura 01: Área de incidência da “Articulação Vazanteiros em Movimento”
Autor: DAYRELL, C.A, 2020

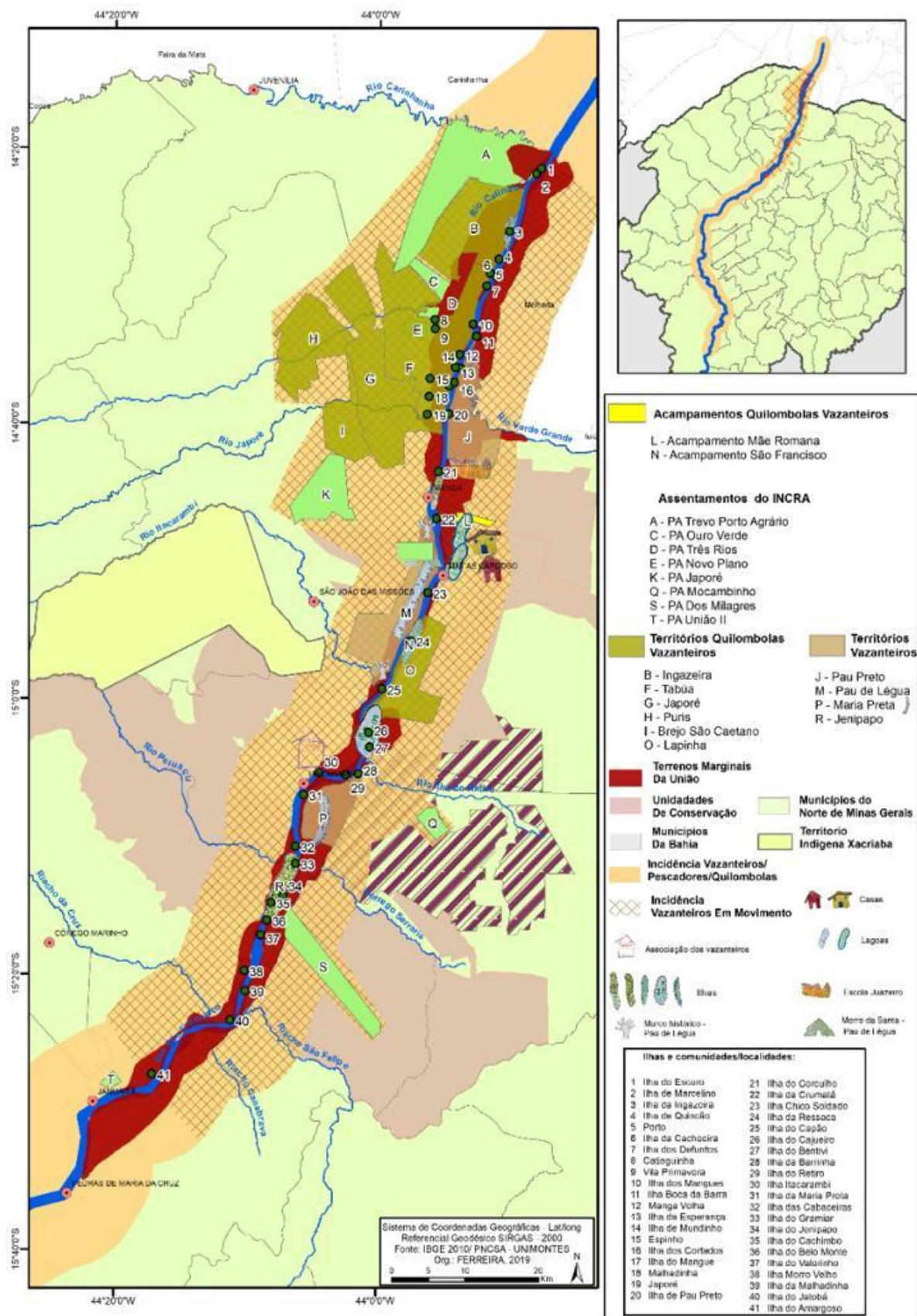


Figura 02: As ilhas e comunidades vazanteiras do Alto-Médio São Francisco integradas a “Articulação Vazanteiros em Movimento”
Org.: DAYRELL, C.A, 2020

Nos mapas acima, o georreferenciamento se deu a partir do município de Pedras de Maria da Cruz sentido a jusante do rio, no entanto o fato de as ilhas do município não ter sido inclusas, não as tornavam menos importantes no que tange aos direitos enquanto povos tradicionais vazanteiros. Em conversas com o Carlos Alberto Dayrell, trocamos informações sobre as questões socioterritoriais nas ilhas do Alto-Médio São Francisco, e chegamos à conclusão de que alguns fatores ocorridos na Ilha do Lagedo, se assemelham ao contexto do “Vazanteiros em Movimento”.

A Ilha do Lagedo vem passando por um processo de mudança na estrutura produtiva, e, conseqüentemente, por uma resignificação e inserção de novas formas identitárias. Encontra-se praticamente desarticulada e isolada das discussões que ora se fazem acerca das dinâmicas territoriais, territórios e sustentabilidade em comunidades vazanteiras. A falta de integração dos vazanteiros da Ilha do Lagedo e demais ilhas localizadas no município em relação aos “Vazanteiros em Movimento” me chamou à atenção.

Outro aspecto importante se refere aos manejos agrícolas e culturais locais ameaçados pelo capital hegemônico. Os processos de expropriação territorial e uso desordenado dos recursos hídricos, bem como os cerceamentos das margens por fazendeiros, pelo Estado, através das Políticas Desenvolvimentistas (construção demasiadas de barragens e projetos de irrigação), fragilizam a Ilha do Lagedo e seus manejos. É necessário pensar alternativas juntamente com a comunidade em fortalecer os manejos territoriais. No terreno dessas considerações, uma alternativa viável para apoio da gente vazanteira é o registro de seus saberes tradicionais em trabalhos acadêmicos, procedimento que representaria uma interlocução, sociabilização e visibilidade capazes de fomentar não só um processo de sustentabilidade ambiental desse território, mas também a melhoria da qualidade de vida na comunidade.

A articulação entre saberes tradicionais e acadêmicos tem se mostrado cada vez mais necessária à manutenção e garantia de direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Inserir a comunidade da Ilha do Lagedo nessas redes de articulação é primordial para assegurar o direito ao território e sua territorialidade. Desse modo, delinee o caminho metodológico, três etapas: a observação participante, a aplicação de questionários semiestruturados e análises de materiais bibliográficos.

Os caminhos da pesquisa

*"Quando escrevo, repito o que já vivi antes. E para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente. Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. Gostaria de ser um crocodilo porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma de um homem.
(João Guimarães Rosa)*

Inicialmente relato minha vivência e os meios que me nortearam a ingressar no terreno de uma pesquisa geográfica com viés antropológico. Após concluir o curso de Geografia, iniciei o curso de Ciências Sociais, pois senti a necessidade de aprimorar meus estudos no campo do saber antropológico, para ampliar o meu olhar sobre as relações humanas e suas culturas. Já tinha como meta o Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes, pois, na época, não existia o PPGEU/Unimontes. Participei como aluna especial da disciplina “Dinâmicas Socioeconômicas e Identidades” vinculada ao PPGDS/Unimontes.

Em 2019, optei por cursar, na condição de aluna especial, a disciplina “Abordagens teórica-metodológicas do Espaço Rural” e, como já foi citado anteriormente, retomei minha pesquisa, com um olhar geográfico mais maduro. Com esta aprendizagem, passei a identificar, com mais facilidade, as leituras voltadas para os estudos do mundo rural, as ruralidades e a pluralidades das comunidades tradicionais.

Ao ingressar no PPGEU/Unimontes, foi movida por vários desafios, dentre eles como dar continuidade a uma pesquisa que exigia um trabalho etnográfico em contexto pandêmico? Foram várias restrições de idas a campo através de decretos de isolamento social e inúmeros protocolos COVID-19 a serem seguidos à risca. A pandemia e as restrições iniciaram em março de 2020 e só pude retomar a campo a partir de março 2021, quando os vazanteiros e quilombolas receberam as primeiras doses da vacina. Ainda assim, o medo assolava, uma vez que eu só tive acesso à vacina em junho de 2021.

A impossibilidade de ir a campo, muitas vezes, me causou incertezas e angústias quanto ao andamento da pesquisa. A solução foi criar estratégias de diálogos com as lideranças da Ilha do Lagedo e da Comunidade do Lagedo, entretanto sentia falta do “estar lá”, compreender, na prática, todo o universo cultural daquele lugar, materializado nos gestos, nos falares, nos olhares e nos costumes de sua gente. O trabalho de campo nos auxilia a apreender a realidade, com suas múltiplas interfaces e interações através da vivência com o ambiente pesquisado.

Em “Os Argonautas do Pacífico”, Malinowski (1978) enfatiza a importância de

estruturar o trabalho de campo em três passos que se conectam entre si. O primeiro se refere às anotações da maior quantidade de detalhes possíveis para gerar as primeiras impressões de campo. O segundo passo consiste em observar detalhadamente as ações do cotidiano, feitas repetidamente; para isso é fundamental se inserir na comunidade estudada. O terceiro passo aborda a coleta de narrativas, expressões culturais, contribuições de visão de mundo e seus modos de vidas tradicionais.

As informações colhidas por meio de conversas, entrevistas, observações, memórias e práticas dos sujeitos pesquisados eram essenciais para compreensão dos seus modos de vida, ou seja, de sua cultura. Os modos de vida aqui são compreendidos na perspectiva de Geertz (2008), considerados um conjunto de teias e análises próprias, “portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas com uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p.14)

Geertz (1989) enfatiza que toda pesquisa parte da busca de um saber entendido por meio da visão de um eu sobre um outro, onde o olhar é conduzido, através da etnografia, à interpretação e à interação do sujeito pesquisador sobre o lugar e os sujeitos pesquisados. Para Geertz (2001), a etnografia transpassa uma questão de método; é um esforço intelectual do pesquisador. “Praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p.4).

O trabalho etnográfico é realizado em dois momentos distintos: um quando se está no campo, “**o estar lá**”, junto aos “nativos”. É onde se desenvolve o vivido, o sentido e o colhido. E outro quando se está na academia, entre os pares da comunidade acadêmica, denominado de “**voltar de lá – o estar aqui**”. É no “**estar aqui**” que se desenvolvem as reflexões e contribuições através da sistematização, interpretação e análise dos dados, com base nas informações e observações coletadas.

No processo de retomada à campo, procurei entrelaçar o campo teórico e a *práxis* da Geografia Humana com a etnografia. Com o arcabouço teórico sobre o método etnográfico, parti em direção à ilha para efetivamente imergir no universo vazanteiro. O trabalho de campo se iniciou durante o trajeto até a ilha. Optei pelo caminho das águas, com o intuito de entender um pouco do viver nesse universo. Ancorando-me na observação participante, pude experienciar um pouco dos modos de vida vazanteiro para além do seu território físico.

Para Angrosino (2009), a observação participante

não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida. (ANGROSINO, 2009 p.34)

De olhar e ouvidos atentos, segui as orientações propostas por Carlos Rodrigues Brandão em seus escritos sobre metodologias de pesquisas em comunidades tradicionais. Brandão (1999) nos orienta a saber ouvir o que “eles dizem sobre eles” (de dentro da comunidade) e reconstruir o que “*nós dizemos sobre eles*” (construção do pesquisador). E ainda é necessário que o pesquisador se envolva com a realidade estudada, de modo que pesquisar é participar (BRANDÃO, 1995). Todo o processo de imersão no campo foi norteado pelos métodos etnográficos e observação participante.

Para Brandão e Borges (2008),

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa e nas imersões em campo, procurei estabelecer uma relação sujeito-sujeito por meio da pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos e saberes. Todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber; desse modo, conhecimento científico e o popular se articulam em um conhecimento transformador, no qual torna possível a compreensão da realidade social re-construída.

Na companhia de Toni Guri, pescador e vazanteiro, partir em direção à ilha. Era por volta das 05:00 da manhã, estava frio e o sol surgia. Ao chegar à margem, me deparei com o silêncio das águas e o espetáculo da natureza.

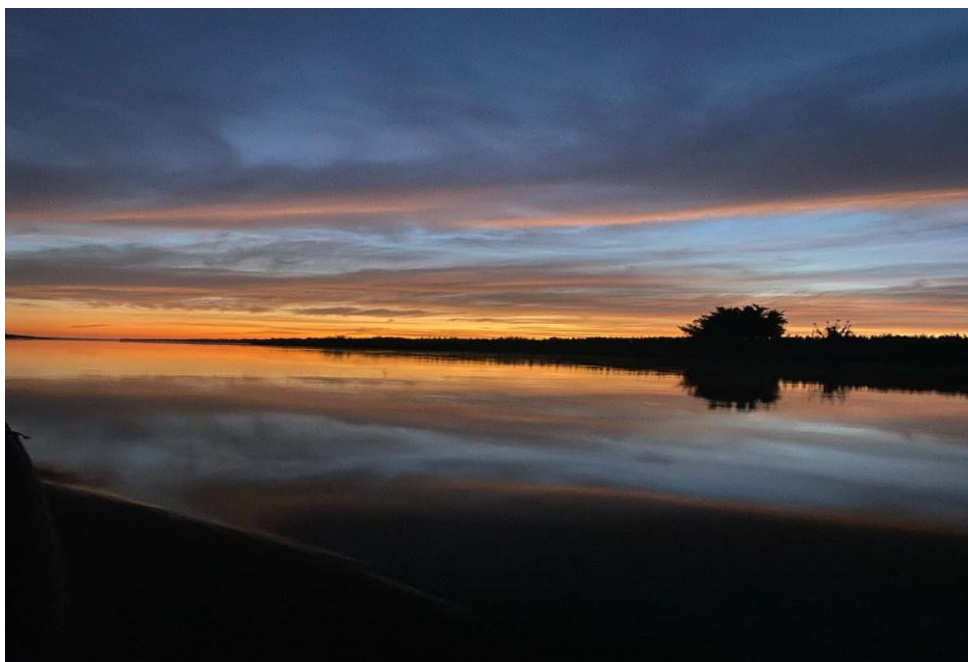


Foto 01: Retomada do trabalho de campo. O percurso até a Ilha do Lagedo
Autora: ALMEIDA, M. A. F, abril, 2021.

O percurso dura em torno de 1h:30 min para *descer o rio* e, aproximadamente, 2h00min para *subir o rio*⁵. Alguns barcos transitavam próximo à ilha; dentre os barcos, um composto por uma família de vazanteiros. Paramos um pouco, comecei a dialogar com o Sr. Zé Domingos, que me contou sobre os tempos difíceis, a seca e um pouco sobre a lida na vazante; ele estava levando a esposa e o filho até à “cidade”.

⁵ A expressão “descer o rio” é utilizada pelos pescadores e barqueiros, quando navegam no sentido da jusante. E a expressão “subir o rio”, se refere a navegar no sentido do montante.



Foto 02: Família de vazanteiros em direção à cidade (perímetro urbano de município). As características físicas se assemelham à maioria da população vazanteira, formada por negros e pardos autodeclarados. Autora: ALMEIDA, M.A.F, abril, 2021.

Aportamos na ilha por volta das 7:30 da manhã. Considerei essa retomada a campo como se fosse minha primeira vez na comunidade. Desci tímida e, aos poucos, entre os diálogos criados com alguns moradores, fui me sentindo mais segura e novamente aceita na comunidade. Temia hostilidade, dado ao contexto pandêmico e o tempo que passei distante do campo.

Cada ida a campo durou em torno de sete dias de permanência - *in locu*. Foram realizadas cinco idas a campo e quatro visitas breves, ocorridas no período matutino, com duração de quatro horas em média. No âmbito investigativo, observei, participei e desenvolvi ações comunicativas por meio dos métodos de entrevistas, cujo objetivo era abstrair ao máximo informações dos modos de vida do vazanteiros.

As entrevistas se estruturam no método quanti-qualitativo, na entrevista livre e na entrevista semiestruturada. No contexto investigativo, utilizou-se como método a pesquisa quanti-qualitativa através da coleta de dados por meio da execução de entrevistas livres não organizadas (diálogos com os moradores), entrevistas organizadas e observação participante.

A pesquisa quanti-qualitativa constitui-se em um conjunto de diferentes técnicas

interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, nas palavras de Neves (1996) é “traduzir o sentido dos fenômenos do mundo social” (NEVES, 1996, p.1). Assim, não há preocupação em produzir apenas dados numéricos retratando de forma reducionista os achados da pesquisa por meio de gráficos e tabelas. A pesquisa quanti-qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995).

No método da entrevista livre não-organizada foi estabelecido um diálogo entre pesquisador e entrevistado, contendo tópicos previamente fixados, mas sem o controle maior do pesquisador, o que permitiu uma maior amplitude de respostas possível do entrevistado e evitou-se a indução e desejo do pesquisador quanto às respostas esperadas. Essas foram gravadas por meio da permissão dos entrevistados e teve uma duração média de noventa minutos.

A entrevista organizada é aquela cujas perguntas são estruturadas em um plano específico direcionado com o intuito de canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas pelo pesquisador (MELLO, 1995, VIERTLER, 2002).

As entrevistas foram realizadas nos meses de abril, julho, setembro e outubro de 2021, e, fevereiro, março, maio e junho de 2022. É importante ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, essa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética número CAAE: 2 64487917.0.0000.5146.

Concomitantemente às entrevistas, realizei uma caracterização socioeconômica da comunidade. Priorizei a aplicação de um questionário (em anexo) com intuito de canalizar o diálogo para algumas questões a serem investigadas, tais como renda familiar, quantidade de membros na unidade familiar, índice de escolaridade, dentre outros.

Sempre retomava aos objetivos propostos na pesquisa, no qual se destaca como objetivo principal: Conhecer os modos de vida dos vazanteiros na referida Ilha e o sistema de manejo local como prática tradicional sustentável, o processo de territorialização e construção da identidade local através da Geografia do Cotidiano.

Como objetivos específicos propus:

- Investigar como é construída a noção de território entre os vazanteiros, seja na ideia de patrimônio comum ou para o individualizado sistema de posse; quais os critérios adotados no processo de territorialização da ilha e as regras de uso de territórios comuns que são aderidas pela comunidade local;

- Apontar quais as múltiplas formas de relação com os recursos naturais do rio e a variedade de práticas que buscam assegurar a reprodução do grupo e quais as formas de representar e agir sobre o território;
- Compreender como se dá o processo da relação entre homem e natureza em função das dinâmicas dos ciclos da cheias e secas, através do manejo tradicional e do sistema produção agrícola, de acordo com o calendário de plantio adotado pela comunidade.

Ao retornar das pesquisas de campo, no “**estar aqui**”, sistematizei as análises dos dados, com base nas informações e observações coletadas e as interpretações em campo. No transitar entre o “**estar lá**” e o “**estar aqui**”, optei em estruturar a dissertação em dois capítulos.

No primeiro capítulo, trago um arcabouço teórico pautado na categoria de *território* dentro a Geografia, enfocando os seus desdobramentos no âmbito dos Povos e Comunidades Tradicionais no Rio São Francisco, especialmente dos vazanteiros. A intenção foi abordar como a categoria de *território* é marcante e complexa, pois está além da estrutura econômica, compreende uma totalidade da vida social da comunidade estudada presente nas relações socioeconômicas e socioculturais.

No segundo capítulo, trago o processo histórico de ocupação da Ilha da Lagedo, caracterizando em seus aspectos físicos, econômicos e socioterritoriais. Apresento os modos de vidas locais, o viver entre margens e práticas cotidianas, traduzidas nos aspectos das territorialidades.

CAPÍTULO 1: A Geografia do Território e as dinâmicas territoriais

*“O São Francisco vem descendo lentamente
saciando bicho e gente dessa sede de viver
fecunda a terra dá o peixe a energia
faz a noite virar dia
faz o sertão florescer”
(Francisco – Pedro Boi)*

1.1 O Rio São Francisco e o Território dos Povos Tradicionais

O Rio São Francisco, como lugar de tradições e fonte de renda para muitas famílias ribeirinhas, é um importante “recurso natural” para diversas populações tradicionais norte-mineiras que se fazem ‘gentes do rio’ (BRASIL, 2007). “Descoberto” por André Gonçalves e Américo Vespúcio em 1501, historicamente o Rio São Francisco representa para o Brasil um caminho de integração de extraordinária importância, por unir regiões de considerável pluviosidade (Centro Oeste e Sudeste) ao semiárido nordestino, aproximando ainda suas etnias, culturas e interesses diversos.

A bacia do São Francisco é subdivida em quatro regiões sendo elas: Alto São Francisco (da nascente até a cidade de Pirapora – MG), Médio São Francisco (de Pirapora – MG até Remanso – BA), Sub-Médio São Francisco (de Remanso – BA até Paulo Afonso – BA) e Baixo São Francisco (de Paulo Afonso – BA até a foz). Contempla fragmentos dos biomas: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Litoral. O cerrado cobre, praticamente, metade da área da bacia - de Minas Gerais ao Oeste e Sul da Bahia, enquanto a caatinga predomina no Nordeste da Bahia, onde as condições climáticas são mais severas (GODINHO & GODINHO, 2003).

A região hidrográfica abrange 521 municípios e seis Unidades da Federação: Bahia (48,2% da área da bacia), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,3%), Sergipe (1,1%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%), por isso é conhecido como “Rio da Integração Nacional” (PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO – IBAMA, 2007). O Rio principal possui 2.700 quilômetros de extensão, razão pela qual surgiram em suas margens várias cidades e vilarejos, entre elas São Francisco – MG. Seus maiores afluentes são: Paraopeba, das Velhas, Paracatu, Urucuia, Corrente, Grande, Jequitaiá e Verde Grande. Por ser o maior rio inteiramente brasileiro, o “Velho Chico” apresenta um longo trecho navegável e, ao mesmo tempo, grande potencial hidrelétrico,

diversificando o uso de sua bacia, seu curso é dividido em quatro áreas: Alto-Médio, Médio, Sub-Médio e Baixo.

O Alto-Médio curso é caracterizado por águas rápidas, frias e oxigenadas até a formação do Lago da UHE de Três Marias, e a jusante desta até os municípios de Buritizeiro e Pirapora; o Médio, por ser rio de planalto, com menor velocidade e sujeito a grandes cheias; o Sub-Médio está praticamente barrado e o baixo, por ser trecho de planície, é mais lento e encontra sob influência da marinha (SATO & GODINHO, 2003). Relativo aos aspectos populacionais, 13,3 milhões de pessoas habitam a Bacia do Rio São Francisco, distribuídos no Alto com 48,8%, Médio São Francisco com 25,3%, Sub-Médio 15,2% e Baixo São Francisco 10,7% (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Na região do Médio São Francisco, no Norte de Minas Gerais, vivem diversas comunidades que vem se afirmando enquanto povos e comunidades tradicionais, dentre os quais destacam-se os Vazanteiros, Quilombolas e Pescadores, que reivindicam o reconhecimento e a legitimação dos seus territórios com seus modos de vidas locais. São considerados Povos e Comunidades de Tradicionais, segundo o Decreto 6.040 de 2007, os indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros, sendo

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição econômica para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040, BRASIL, 2007)

Ainda, segundo Diegues (2008)

(...) estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis (...). Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena...(DIEGUES, 2008, p. 87)

O rio é de suma importância para esses povos enquanto sujeito de direitos, assegurando-lhes sobrevivência através do sistema de manejo tradicional, sendo denominado

de território tradicional. Seus espaços (ilhas e margens) são necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Dentre as diversas ilhas, compreendidas como território tradicional, temos, em São Francisco, a Comunidade do Lagedo.

Denomino a comunidade do Lagedo como Vazanteira e Quilombola, pois seus atores sociais assim se identificam. São vazanteiros, uma vez que seus modos de vida estão ligados à agricultura de vazante, e quilombolas por pertencerem a um território quilombola autodeclarado.

Aqui somos quilombolas e vazanteiros. Quilombolas, pois somos descendentes de negros, somos negros também. A comunidade também pertence ao Quilombolo Bom Jardim da Prata; fazemos parte do grande quilombo. Minha avó foi umas das primeiras moradoras dessa região; ela era negra, descendentes de escravos. Somos também vazanteiros, pois plantamos na Ilha do Lagedo, sabe? Vazante, plantamos lá na ilha; também plantamos na margem de cá (esquerda). Então, somos quilombolas e vazanteiros, pescamos também, só que para consumo próprio. Armamos o anzol e deixamos no rio. Mas somos quilombolas e vazanteiros. (Dona Lúcia, quilombola e vazanteira da Comunidade de Lagedo, 54 anos)⁶

De acordo com Oliveira (2005), define-se por *vazanteiros* as populações que residem em áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco, apresentando um modo de vida específico, construído através do manejo do ecossistema do rio, combinando os saberes e fazeres da terra e do rio que constituem o seu Território.

A categoria *território* é umas das mais polêmicas na Geografia. Diversos autores buscam constantemente compreender de fato o que é o *território* em sua totalidade e complexidades sistêmicas. Mas o que é território? Etimologicamente, de acordo com Corrêa

Etimologicamente, a palavra território deriva do latim terra e torium, significando terra pertence a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade terra, mas a sua apropriação por, tem duplo significado. Apropriação geográfica política e geopolítica e apropriação associada à identidade de grupos a afetividade espacial. (CORRÊA, 1996, p.251)

Na Geografia, as primeiras abordagens sobre a temática *território* surgem em Friedrich Ratzel, no século XIX, cujas discussões eram pautadas na concepção do Estado-Nação e na importância das relações humanas que se estabelecem na terra (condições ligadas ao solo). Relações essas que dão origem ao Estado-Nação e ao Território. Segundo Ratzel, até mesmo a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe

⁶ Entrevista concedida em setembro de 2021 por Dona Lúcia, moradora da Comunidade do Lagedo, quilombola e vazanteira.

Observação: a partir de agora, as falas dos vazanteiros estarão no corpo texto, como citação em itálico.

pertence. Suas reflexões foram baseadas na perspectiva das ciências naturais, ou seja, a superfície terrestre e sua biosfera (solo, clima, relevo, recursos hídricos, vegetação), como imprescindíveis para desenvolvimento e fortalecimento do Estado no âmbito político e nas relações de poder (RATZEL, 2010).

Ratzel enfatiza o caráter político do território e suas abordagens se constroem nas relações de poder. Sendo assim, é muito comum, na Geografia, o *território* ser categorizado meramente como um espaço político. É importante ressaltar que o contexto histórico no qual Ratzel baseou sua tese se referia à unificação do Estado Alemão, de modo que suas abordagens foram fundamentais na construção do pensamento Geográfico em sua época e perpassa até os dias atuais.

O *território*, em sua origem, sempre está associado ao poder, e todas as discussões nas quais se referem aos desdobramentos das relações humanas no agir sobre um território seja direta ou indiretamente se associam ao poder. Entretanto, não devem se reduzir somente a essa lógica, pois as estruturas territoriais também se constroem por meio de outros processos como as relações do trabalho e a dinâmica geográfica do cotidiano. O *território* transcende a esfera política e, embora esteja associado às relações de poder, seu processo de formação se pauta na legitimidade e identidade que se constroem na esfera social, ou seja, nas relações que vão além de uma esfera biológica, mesmo sendo essas fundamentais.

Abordar a categoria de *território* tem sido um desafio entre os geógrafos, principalmente no século XXI, frente às dinâmicas socioespaciais que se configuram em uma era global⁷, marcada pelo dinamismo dos novos territórios. Raffestin (1993), ao abordar sobre a produção das estruturas territoriais, afirma que temos que nos ater ao contexto da função social de um determinado território, e não somente reduzi-lo à esfera política e/ou paisagística.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993. p. 7-8)

As funções sociais são primordiais nas análises geográficas acerca de um território, posto que tais funções, notadamente variadas, se dão nas relações que se estabelecem nesse, para além do âmbito político, de modo que se há múltiplas funções,

⁷Termo utilizado para se referir às relações mútuas entre o global e o local e suas influências na desconfiguração dos territórios, nas dinâmicas sociais e identidades culturais.

teremos, então, múltiplos territórios. Todavia, Haesbaert (2006) agrupa a ideia de *território* de acordo com suas funções em três vertentes principais

Política (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou símbolo-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho [...] (HAESBAERT, 2006, p. 40).

No âmbito dos Povos e Comunidades Tradicionais, a noção de *território* pode ser vista como uma totalidade, uma vez que transmuta esses três eixos, sendo um campo de análise complexo e, ao mesmo tempo, desafiador aos geógrafos. A complexidade dos mosaicos oriundos das funções dos territórios demanda a obtenção de uma visão holística sobre as dinâmicas territoriais desses povos. Uma análise parcial do *território* remete à compreensão de apenas uma parte dessas funções, o complexo do poder político-econômico, o que compromete o caráter simbólico, essencial no campo da gestão do *território*. Pode-se afirmar que é praticamente impossível uma análise fragmentada, pois essas funções são indissociáveis, por tanto desafiadoras.

São diversos atores sociais envolvidos em cenários de conflitos, disputa de poder e resistência. De um lado, temos o *território* como recurso sob a ótica do poder hegemônico de grupo dominantes politicamente e economicamente pautado no valor monetário, revelando uma estrutura global da sociedade; do outro, o *território* se apresenta como abrigo dos povos tradicionais, pautado nas relações simbólicas do resistir e existir estabelecidas no cotidiano e, também, nas estratégias que garantam a sobrevivência, contexto presente do Território Quilombola de Bom Jardim da Prata.

No Território Quilombola de Bom Jardim Prata (figura 03), onde a Comunidade da Ilha do Lagedo está inserida, a noção de *território* envolve uma luta política, social, econômica e simbólica frente ao processo de desterritorialização dos vazanteiros por “intrusos” e/ou “grupos de fora”.

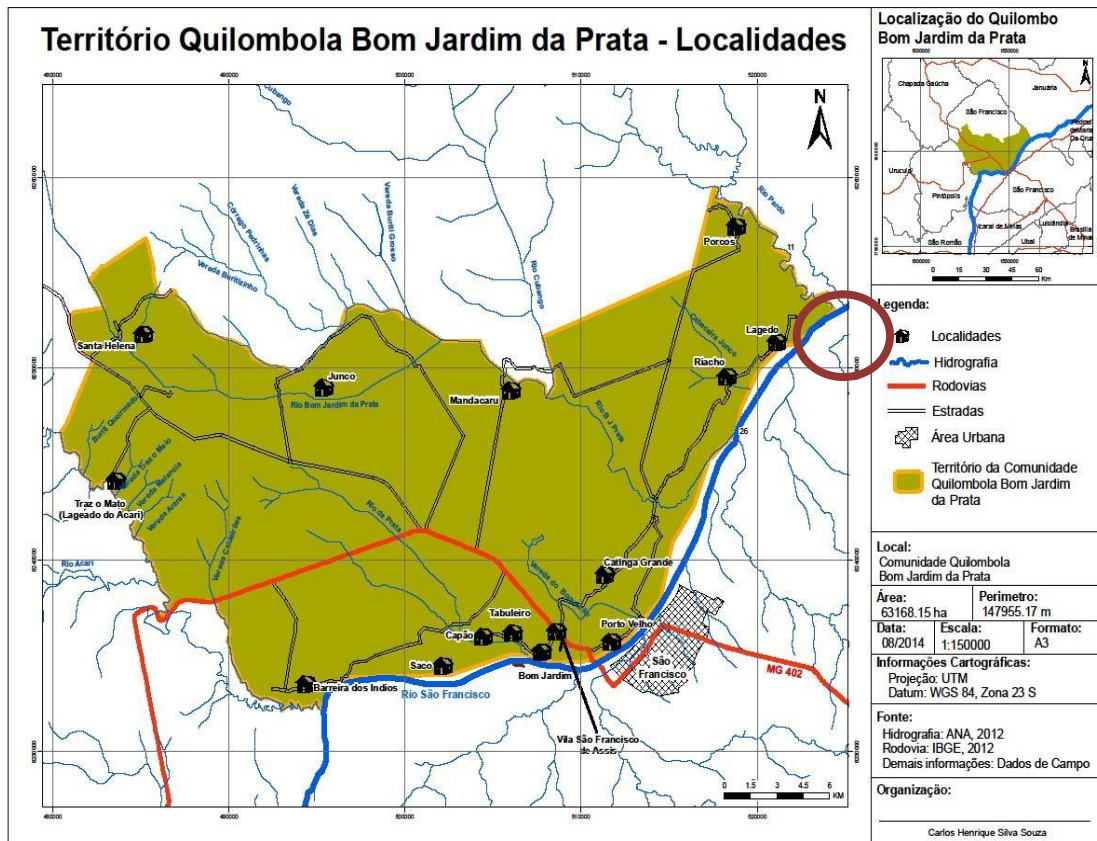


Figura 03: Comunidades pertencentes ao Território Quilombola do Bom Jardim da Prata.
Fonte: Relatório Antropológico de Bom Jardim, 2009. (Disponível em Acervo Pessoal da Associação Quilombola do Território de Bom Jardim Prata).

Há, portanto, uma dicotomia: enquanto para os vazanteiros/quilombolas o *território* perpassa a esfera econômica, dotado de signos e significados que revelam suas ancestralidades e historicidades, para os “grupos de fora”, o *território* é ribeirinho e econômico.

A dicotomia é evidente quanto às questões de uso da terra. Os grupos de fora falam em território ribeirinho, pois têm como perspectiva a potencialização econômica para o agronegócio e construção de casas de veraneio através da ação de desterritorialização. Enquanto os quilombolas/vazanteiros têm como perspectiva a permanência, justiça social e a reprodução sociocultural do seu grupo através da ação territorial.

1.2 Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

Os atores sociais são elementos chaves na produção de territórios, já que são as ações sociais que efetivam um determinado território. Em seu processo histórico de formação, segundo Saquet, “o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre

vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente das pessoas” (SAQUET, 2011 p. 22), fazendo com que esse transmute a categoria de espaço geográfico que antecede o território, na ação de territorializar. O territorializar é um conjunto de relações sistêmicas tridimensionais sociedade-espaço-tempo e a base da organização territorial, cuja territorialização

Significa a apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados. (SAQUET, 2011 p. 22)

A territorialização ocorre pela apropriação, sendo ela concreta ou simbólica. Os territórios podem ser modificados em função do tempo, das novas técnicas e das novas territorializações que se projetam e reconfiguram no espaço geográfico, ainda que as territorializações também revelem nas relações de poder, mas não se restringem a elas. Em síntese temos a figura 04

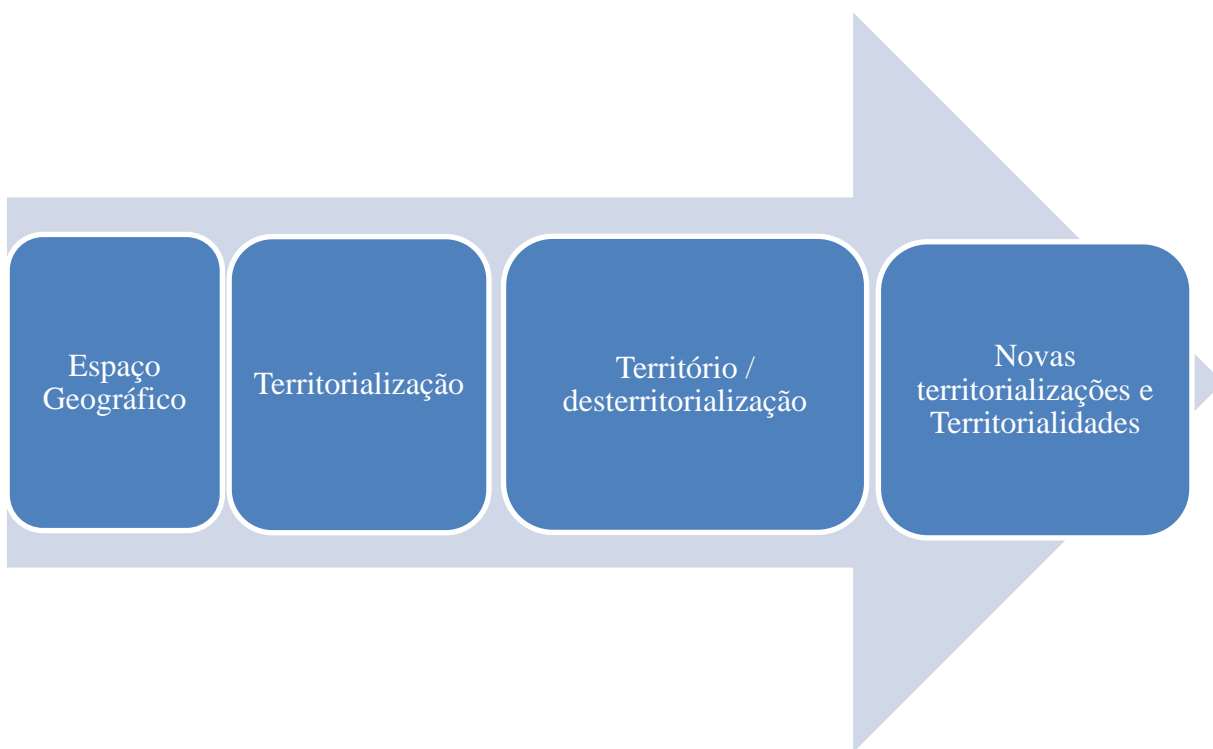


Figura 04: Dinâmica territorial no espaço-tempo
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

Conforme a figura 04 é possível notar que o espaço geográfico, enquanto materialização das relações entre sociedade e natureza, traz uma análise ampla e abstrata acerca dessas relações. Pode-se, a partir das distinções apresentadas, concluir que *território* e

espaço geográfico não são sinônimos, uma vez que a amplitude do espaço geográfico é muito maior do que a amplitude do território. Raffestin (1993) afirma que o espaço geográfico é algo dado e, quando apropriado, se transforma em território. Nota-se que a construção do território é interligada ao modo inerente às relações de poder, cuja manifestação se fundamenta nas relações sociais, nas quais o ator realiza a territorialização do espaço.

O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] o território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143-144).

As concepções simbólicas do uso e apropriação do território, quando envolvem ideologias opostas, originam modos de produção e territorialidades antagônicas na territorialização e um processo de desterritorialização e/ou novas territorializações.

O território conduzido pelos atores sociais, manifestado sem ações sociais distintas, torna possível a ocorrência de novos territórios pela territorialização e pelo desaparecimento dos mesmos por meio da desterritorialização ou a reconstrução através da reterritorialização. Assim, temos o processo de tríade T-D-R (Raffestin, 1993), em que T se refere à territorialização (origem do território); D, à desterritorialização (as modificações neste território) e R à reterritorialização (surgimento de um outro território a partir da destruição de outrem). A discussão acerca desta tríade nos permite compreender as singularidades do território em razão dinâmica socioespacial inerente ao processo de desterritorialização proporcionar constante modificação do território com o passar do tempo.

O sistema T-D-R, nas Comunidades Tradicionais, geralmente ocorre de forma simultânea e modifica o território não somente em sua base física, mas principalmente sociocultural. Pode se afirmar que há um ciclo de ações que alteram estruturas do território, no âmbito político, econômico e social. A figura 05 nos mostra a inter-relação em T-D-R em uma base territorial.



Figura 05: Sistema T-D-R em Comunidades Tradicionais
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022

O territorializar um espaço constrói o território em dimensões diacrônicas e sincrônicas que devem ser observadas. O sincronismo e diacronismo são fatores importantes nas análises dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, sobre os quais deve-se citar dois elementos importantes: primeiro, são territórios cujas funções sociais e relações de trabalho perpassam a história; segundo, novos atores sociais são inseridos nesses territórios e dão origem as novas funções territoriais (SILVA, 2014). As relações diacrônicas se transmutam nas ações de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na comunidade em questão, o diacronismo está presente na inserção de novos sistemas de produção que divergem dos sistemas tradicionais no território, como a criação do gado em áreas que eram destinadas ao plantio agrícola da vazante e o sincronismo nos diferentes modos de vidas que coexistem nesse território: vazanteiros e criadores de gado. Tem-se um território em transformação por uma nova territorialização. Conforme Saquet (2007), esse processo de territorialização

é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades (...) No território, há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas e variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente (SAQUET, 2007 p. 69 e 73)

O diacronismo presente nas Comunidades Tradicionais gera movimentos opostos-complementares no seguimento do T-D-R, a territorialização (dimensão política) ocorre de forma simultânea a desterritorialização (dimensão política e econômica) e a reterritorialização (social e cultural), sendo a territorialização interligada ao Estado e a sua jurisdição, a desterritorialização associada à desigualdade e a reterritorialização traduzida na resistência frente ao sistema hegemônico dos modos de produção capitalista e a desterritorialização na fragilidade do território fragmentado na ordem política- econômica e cultural, por novos atores sociais. Em síntese temos no quadro abaixo:

CONCEITO GEOGRÁFICO	ATORES SOCIAIS	DIMENSÃO DE ANÁLISE TERRITORIAL	ÁREA GEOGRÁFICA
Territorialização	Estado	Jurídica	Quilombo Bom Jardim da Prata e Ilha do Lagedo
Território	Comunidade Tradicional, Estado e “os de fora” ⁸	Física	Comunidade do Lagedo, Quilombo Bom Jardim da Prata, Comunidade São Domingos e Ilha do Lagedo
Desterritorialização	Fazendeiros	Econômica	Quilombo Bom Jardim da Prata
Reterritorialização	Quilombolas e Vazanteiros	Sociocultural	Quilombo Bom Jardim da Prata e Ilha do Lagedo

Quadro 03: O Conceito Geográfico e suas dimensões de análises territoriais
Org. ALMEIDA, M.A.F, 2022.

O resistir para existir surge como um contraponto ao processo de “encurrallamento” dos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios em função dos “outsiders”⁹ dotados de uma lógica produtiva meramente econômica. O “encurrallamento”¹⁰

⁸São considerados grupos de fora, aqueles que não possuem relação de pertencimento com a comunidade do Lagedo, onde pode-se citar: os fazendeiros, a empresa Crós, o Laticínio Saboroso, e recém chegados na comunidade.

⁹Nesse estudo, a palavra outsiders é atribuída ao grupo de fazendeiros que possuem uma lógica de produção totalmente fora dos ideais da comunidade, são atrelados à lógica produtora do capital hegemônico e a terra para eles, nada mais é que uma fonte de exploração econômica. Também são denominados de “intrusos” e/ou “de fora”. Esses grupos não possuem relações de territorialidades com a comunidade local e seu objetivo principal é o desmonte das relações tradicionais da comunidade.

está vinculado ao processo de desterritorialização e a fragilidade socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais. A desterritorialização tem por essência uma exclusão causada pela economia centralizadora e combatê-la é oferecer aos Povos e Comunidades Tradicionais condições e acesso amplo ao território e suas dinâmicas socioculturais que pouco possuem em função das desigualdades sociais e dominação político-econômica.

1.3 Do território a territorialidade

Toda sociedade se forma sobre uma base territorial e o território precede as ações de territorialidades.

Rogério Haesbaert (2004) aborda que o Território além de ser um conceito central na Geografia, possui um caráter polissêmico, posto que deve ser entendido através de distintas abordagens que, emergindo das mais diferentes relações e das espacialidades humanas, se projetam nas relações de poder, na economia, nas relações simbólicas e no processo de construção da identidade dos sujeitos (HAESBAERT, 2004), conforme a figura 06.

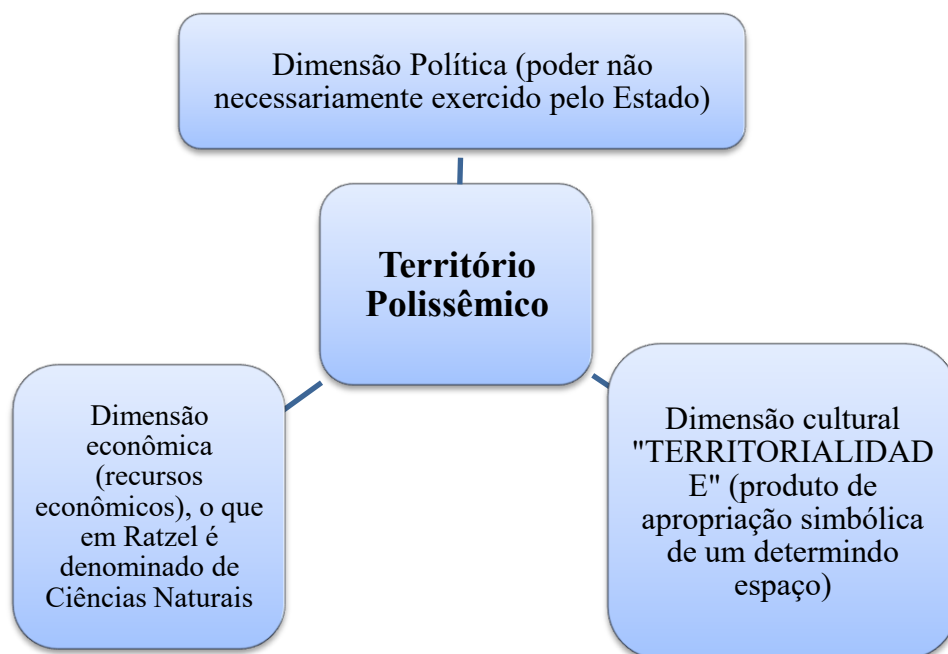


Figura 06: Território e Polissemia em HAESBAERT
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022

¹⁰ O termo “encurralamento” é bastante utilizado entre pesquisadores e povos tradicionais, pois fazem alusão a processo de perda da terra pelos povos tradicionais em função dos projetos desenvolvimentistas oriundos a partir da década de 1970 e o processo de grilagem de terras por fazendeiros. Fatores que contribuíram a expulsos dos povos tradicionais locais de seus agroecossistemas produtivos.

A polissemia do Território nos proporciona uma nova forma de pensar sobre essa categoria geografia, cujo poder por mais que esteja nas mãos do Estado, não se limita a ele. Nesse contexto, inserimos a dinâmica territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais, pois seus direitos territoriais são assegurados pela Constituição de 1988 e pelo Decreto 6040, no entanto há uma disputa de poder por terra e por água em seus territórios, muitas vezes com o próprio Estado.

A discussão sobre território e territorialidade é a base conceitual fundamental para o desenvolvimento desse estudo. Desse ponto de vista, o conceito de território e territorialidade torna-se elemento importante na compreensão acerca dos processos socioambientais e socioculturais vivenciados pelas comunidades tradicionais. Diferentemente dos demais atores sociais capitalistas, cujo valor da terra e domínio do território é somente econômico, para os vazanteiros o território é considerado como lugar de pertencimento e identificação, no qual re-produzem as relações sociais através da interação homem/natureza num sistema de manejo integrado e sustentável. Em tais circunstâncias, o território transforma em territorialidade, ou vice-versa.

Para Little (2002, p.2), “a territorialidade de um determinado grupo social pode ser entendida como o esforço conjunto para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente, convertendo-a em seu território”, não há territorialidade sem referência a um território. No caso dos vazanteiros, é no Rio São Francisco que se configura o vínculo territorial simbólico e a identidade socioterritorial do mesmo, o que corrobora com o que sustenta Haesbaert (1999)

A identidade socioterritorial trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação está na alusão ou referência a um território tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é uma identidade territorial quando o referente simbólico central para construção desta identidade parte do ou transpassa o território (HAESBAERT, 1999, p. 178).

A construção da identidade do vazanteiro se dá efetivamente pelo manejo tradicional dessas áreas, cuja agricultura de vazante aparece como um marco simbólico e faz parte do seguinte tripé: a reprodução econômica, as relações sociais e a cultura dos vazanteiros, que é viabilizado por esses atores sociais. A agricultura de vazante caracteriza-se como o plantio de culturas que se dão a partir de um calendário específico e de acordo com a dinâmica natural do rio. No período das cheias, as águas submergem e fertilizam as ilhas e terras marginais. Assim, na proporção que as águas baixam o humo depositado pela cheia,

torna-se o ambiente propício para o cultivo do milho, melão, melancia, hortaliças, feijão, entre outros (ARAÚJO, 2009).

São inúmeras ilhas e terras baixas presentes no rio São Francisco onde se pratica a agricultura de vazante. Estudos realizados por Oliveira (2005), Araújo (2009) e Camenietzki (2011) abordaram as dinâmicas socioambientais, a luta pelo território e justiça social das seguintes comunidades vazanteiras: Ilhas Pau de Léguas, Quilombo da Lapinha e Pau Preto, Ilha da Capivara e Ilha do Jenipapo, localizadas respectivamente nos municípios de Manga, Matias Cardoso, Januária e Itacarambi. Esses estudos demonstraram a importância da articulação de lideranças vazanteiras que, através da criação da Articulação Vazanteiros em Movimento, fortaleceu a (re) existência do grupo perante os processos de exclusão social.

Os processos de construção e manutenção das identidades socioterritoriais necessitam de suporte espacial no qual se efetiva a importância cosmológica do laço territorial, onde o “ser” da vazante e do rio torna-se indissociável do “estar” na vazante e no rio (GONÇALVES, 2002). Isso faz com que o território se torne transcendente e dotado valores simbólicos. Ribas (2004) fundamenta que: “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (RIBAS, 2004, p.110).

Assim se explica, em grande medida, a efetivação das identidades, cuja manutenção do território se dá a partir do (re) conhecimento da cultura do lugar, que assegura o modo de vida tradicional da comunidade. É importante ressaltar que o conceito de cultura aqui utilizado é o proposto por Geertz (1989), no qual a cultura é pautada numa construção coletiva de um determinado grupo através dos seus sistemas simbólicos. Nessa mesma lógica, a cultura aceita coletivamente, molda o comportamento humano e determina os valores, as relações sociais, as interdições e a identidade dos grupos, sendo central à produção do significado e da reprodução social (GEERTZ, 1989).

Na ilha do Lagedo é possível perceber identidades múltiplas, os moradores locais se autodenominam como vazanteiros e acionam a identidade quilombola em função de vários aspectos, dentre eles o acesso a políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas e também na re-existência frente ao processo de desterritorialização ocasionados por conflitos com fazendeiros locais.

Rocha (2017) em seus estudos sobre a comunidade pesqueira de Caraíva, afirma

que acionar outras identidades quando se trata *das gentes do rio*¹¹

são culturas hibridizada, reinventadas e ressignificadas no processo de resistência, de busca pelo “ser” – em suas múltiplas identidades – e “está” nas margens do rio, no “lugar” que lhes imprime especificidades dos seus modos de vida com suas próprias ideias e valores, acionam suas identificações diacríticas nos processos de resistência, nos quais muito mais se pronunciam publicamente tais identidades do que se constituem em meio ao conflito. (ROCHA, 2017 p. 100 e 101).

Ainda, de acordo com Rocha

As múltiplas identidades acionadas pela comunidade, e consequentemente, as territorialidades, se por um lado tem o seu “caráter político-operativo” de lutas territoriais e de valores disputados em conflitos sociais; por outro lado é também um modo de reprodução social objetiva e subjetiva da coletividade da pesca artesanal que se ocorre anteriormente à situação de conflitos a evidencia a alteridade do grupo. (ROCHA, 2017 p.150).

Acionar outras categorias identitárias não colocam em risco a identidade vazanteira, é uma forma de agregar outros significados a essa e mantê-la viva perante ao processo de desterritorialização em decorrência do conflito territorial com os recém chegados (grupos de fora) e assegurar o lugar da gente. O hibridismo identitário entre o vazanteiro e quilombola, vazanteiro e vir a ser vazanteiro, é um fator que contribui para manter o território da Ilha da Lagedo e a reprodução social *das gentes do rio*.

A reprodução dos grupos sociais é necessária à manutenção do território e coesão do grupo, assim como a transmissão do saber tradicional e da alteridade. Corrêa (1991) afirma que

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não, constitui um. Outro, e dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados as suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio. (CÓRREA, 1991, p.55).

Para o grupo se manter coeso, a maneira mais eficaz é solidificar o campo de relações e valores constituintes da identidade, como também manter as culturas locais, adquiridas no tempo e espaço. O processo de construção da identidade e alteridade fortalecido pela tradicionalidade do saber-fazer e pelas manifestações culturais viabiliza o poder do laço territorial e garante a reprodução do grupo e os modos de vidas que são (re) significados. O laço territorial constitui a base estrutural de luta e resistência da comunidade nos territórios de

¹¹ No caso do estudo de Rocha (2017), as *gentes do rio* são os pescadores e vazanteiros. No caso desse trabalho, também considero os quilombolas da comunidade Bom Jardim da Prata.

vazantes que vão à contrapartida do modelo desenvolvimentista em prol de mitigar os conflitos socioambientais. Nessa perspectiva, entende por conflito (sócio) ambiental como sendo

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes das práticas do exercício de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p.26).

A dinâmica conflitiva provocada pelo choque dos diferentes modos sociais de uso e apropriação dos recursos da natureza que se instaurou nas áreas de vazantes ameaça os modos de vida tradicionais dos vazanteiros (ARAUJO, 2009). É importante ressaltar que os vazanteiros estão inseridos em um ambiente que contempla uma complexidade de fatores conflitivos acarretados pela disputa territorial e uso dos recursos hídricos do São Francisco. Tem-se se aí a luta pela a terra e pela a água. Sendo assim, o material teórico tomado como referência para leitura dos aspectos territoriais e a territorialidade vazanteira oferece uma base para se compreender as dinâmicas socioambientais, território, territorialidades e identidade dos vazanteiros da Comunidade de Ilha do Lagedo no Norte de Minas Gerais, bem como as relações sociais dos vazanteiros com os demais usuários do rio.

CAPÍTULO 2: A Geografia do cotidiano, o viver entre margens e travessias

*O São Francisco é sua morada
Caboclo d'água foi quem descobriu
Quando eu morrer me enterre
Numa cova rasa
Bem no meio dessa mata
Lá na curva desse rio
(A lenda do Arco-Íris – Grupo Agreste)*

No âmbito das ciências Geográficas, sempre procuramos compreender as relações entre homem e natureza em suas várias vertentes, dentre as quais destacam-se as diversas formas de agir e pensar sobre um determinado espaço geográfico e o experienciar. Na Geografia Humanística, Paul Claval (2001) entende que a relação entre Homem e Natureza não pode ser separada do contexto físico e social, o espaço não se reduz a mediações numéricas e a subjetividade do saber é de suma importância.

O geógrafo enquanto observador torna-se capacitado de interpretação e possui seus contextos próprios ligados a experiência vivida. As diversas formas de se fazer Geografia são válidas e existem várias geografias, sobretudo as dos diversos cotidianos presentes no existencialismo do sujeito, sua função social no mundo, suas representações, valores. É forma que interagimos com toda a nossa bagagem enquanto sujeito particular (experiência dos lugares) e também cidadão do mundo nas dimensões simbólicas e estéticas no que vivido e apreendido.

A tarefa do geógrafo é interpretar todo o jogo complexo de analogias, valores, representações e identidades que figuram no espaço geográfico. No qual o conhecimento se constrói na consciência e essa dá sentido às coisas. A evolução do pensamento geográfico e das formas de se fazer geografia, trouxe uma pluralidade à ciência geográfica. À vista disso, a Geografia Cultural nos possibilita uma visão holística do mundo e uma análise mais profícua nas relações socioterritoriais e socioambientais. A partir do momento que nos colocamos os novos questionamentos e, no cotidiano, estranhamos o que nos é familiar, é possível viver a geografia e transcender o nosso olhar acerca do conhecimento experienciado.

As diversas experiências configuram em uma pluralidade de territórios e territorialidades manifestadas por meio dos modos de vida comuns, traduzidos através dos saberes, fazeres e do sentir. O sentimento despertado pelo espaço apropriado na convivência

contrapõe-se ao espaço da indiferença e constrói lugares vividos com base em laços topofílicos (TUAN, 1980 e 1983). De acordo com Claval

a experiência do espaço é feita por meio dos sentidos humanos; as geografias vividas dependem da audição, da visão, do olfato, do gosto e do sentido de tocar, e variam de acordo em função da mobilidade e da força de quem as vivencia. (CLAVAL, 2001, p. 62)

Com base nessa postulação, busco, na Geografia Cultural, compreender as ações cotidianas dos vazanteiros na Ilha do Lagedo e as relações que se estabelecem com o rio São Francisco, tendo como prática cultural a “soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas” (CLAVAL, 2007, p. 63). No Brasil, autores como Rosenthal (2007) e Almeida (2003), vêm ao longo dos anos dedicando suas pesquisas relacionadas a Geografia do cotidiano e trazendo para o campo da Geografia novas perspectivas e análises d acerca dos estudos culturais.

Como já foi ressaltado, no rio São Francisco há diversos povos e práticas culturais, o que deixa em evidencia a inexistência de uma cultura unificada, pois cada povo constrói elementos retransmitidos e reinterpretados permanentemente em função do meio ambiente onde vive, trabalha, das dificuldades que encontra entre outros fatores. (CLAVAL, 2001 p. 51).

Os vazanteiros são grupos com características comuns. Possuem um conjunto de relações firmadas através de saberes, símbolos e significados compartilhados diariamente. As ações cotidianas exercidas pelos vazanteiros se torna uma cultura tradicional, notória nas peculiaridades que os diferenciam dos demais. Tem-se aí uma organização sociocultural, que segundo SOUZA (2011)

(...) se mantem e se transforma em função de estruturas e processos sociais e diferenciados do ser, conviver, agir e pensar. Todo o complexo envolvendo as relações sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais nos permite uma diversidade para se trabalhar a cultura, não de forma fragmentada, mas sim, integrada, procurando interpretar a sua totalidade e analisar as suas singularidades. (SOUZA, 2011, p.50)

Partindo dos preceitos norteadores das práticas culturais dos vazanteiros, ênfase que a Geografia do Cotidiano aqui passa a ser entendida numa visão de “dentro para fora”, ou seja, a partir das experiências vividas na ilha enquanto território e nas relações

socioterritoriais e culturais que se constroem. O cotidiano é o “espaço vivido”¹² e as relações culturais não se desvinculam da dinâmica territorial da ilha e seus ciclos naturais, desde o processo de formação até os tempos atuais.

2.1 O processo de formação e ocupação territorial das ilhas no Alto-Médio São Francisco

As formas de ocupação dos territórios insulares podem ser pensadas de acordo com o modo do habitar. As ilhas, em aspectos gerais, remetem a um imaginário social de lugar paradisíaco. Temos diversos exemplos de ilhas, cuja função se associa ao turismo e ao mito moderno da natureza intocada¹³. Em contrapartida, temos, nas águas do Rio São Francisco, diversas ilhas que são territórios de vida e cultura, dotados de uma função social que se dá nas interações simbióticas entre homem e natureza, visão corroborada por João Naves de Melo, para quem a vida bucólica do *barranqueiro* é “o modo do homem ser natureza e da natureza ser homem, um continuado e descontinuado do outro conforme o sopro dos ventos”¹⁴.

O processo de ocupação das ilhas localizadas no alto-médio São Francisco se assemelha em seus aspectos históricos, que fazem desses territórios lugar de habitar, trabalhar e se divertir. Grande parte das ocupações das ilhas remetem à década de 1970. A década de 1970 foi marcada pela política desenvolvimentista dominante nas áreas de Cerrados e Caatingas do Norte de Minas, sobretudo pelo modelo tecnológico da Revolução Verde. Esse modelo foi marcado pelo caráter excludente, do ponto de vista social e econômico, e insustentável no que diz respeito ao meio ambiente.

Dayrell (1998) e Costa (2008), em seus trabalhos, enfatizaram o processo de ocupação do território norte - mineiro por reflorestadoras e pelos agroindustriais através dos grandes projetos de irrigação, o que acarretou na desestruturação das economias tradicionais locais de diversas famílias e na degradação ambiental das áreas de Cerrados e Caatingas.

¹² “O espaço vivido pode ser considerado, aqui, como espaço de representação por meio de imagens e símbolos que o acompanham, ou seja, é o espaço dos moradores, dos “usantes”. É também um espaço de domínio, passivamente experimentado. Recobre o espaço físico por meio da simbologia e das experiências vivenciadas”. Não se restringe ao limite físico do território da ilha. (LEFEBVRE, 2013, p. 98, grifos meus). É um conjunto de lugares inseridos no espaço rio, onde os vazanteiros praticam suas atividades cotidianas nos entre lugares rio-ilha-margem.

¹³ O Mito moderno da natureza intocada se refere às áreas naturais protegidas, consideradas pelo ecologismo preservacionista como o paraíso, um espaço desabitado, e que a natureza deve ser intocada. (DIEGUES, 2008)

¹⁴ Sinopse do livro *Do Cerrado as Barrancas* de autoria do João Naves de Melo. Disponível em Blog do João Naves de Melo. http://joanavesdemello.blogspot.com/2009/11/do-cerrado-as-barrancas-do-rio-sao_14.html. Acesso em: 04 fev. 2022.

Grande parte dessas famílias era desprovida de recursos financeiros para se adaptarem às dinâmicas de produção agropecuária dominadas pela hegemonia capitalista, dentre elas os vazanteiros. Desprovidos de capital e “encurralados”, estes núcleos familiares migraram para ilhas e tornaram dessas território de sobrevivência. Nas análises das teses dissertações de autores como Araújo (2009), Neves (2012) e Dayrell (2020), é notório o impacto dos projetos desenvolvimentistas e o processo de grilagem de terras sobre os vazanteiros.

No passado, muita gente foi expulsa por Gabriel Andrade. Meu povo mudou para a Tapera (margem direita). Mas quando muda de território começa a desencabeçar. Muitos foram para São Paulo, perderam o direito e foram se acabando. Nós que ficamos ali, entre a rodagem e o rio São Francisco, ficamos imprensado. Muito mais a Várzea da Manga. Será que o governo está olhando para nós? A gente ouviu dizer: tem bolsa família, mas não é isso. Será que os pequenos estão tranquilos? Parentalha morava aí (margem esquerda). Avô Pedro Velho, morava na beira do rio, Novo Jataí, na frente da Ressaca (ilha). Depois os fazendeiros chegaram e foram imprensando e desocupando. Daí a pouco, não tinha como criar a vaquinha, tinha que sair. (Antônio, Ilha do Capão, junho de 2008)

Contudo, é importante ressaltar que antes de se tornarem vazanteiros, as primeiras famílias que ocuparam a ilha do Jenipapo eram compostas por peões, lavradores, vaqueiros entre outros, e que, por meio da expropriação territorial, se viram obrigados a se estabelecer nas várzeas que não pertenciam a terceiros, as chamadas “terras de ausentes” ou de uso comum, ocupadas em determinados lugares apenas no período de plantio, devido a seu alagamento. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a comunidade sofreu progressivamente um processo violento de expropriação territorial que foi marcado pela expulsão e, ao longo dos anos, pelo retorno gradativo, da população, às suas terras tradicionais, fenômeno resultante em parte, pela decadência do projeto modernizador e pela falta de investimentos nas empresas rurais.

Na Ilha do Lagedo, o processo de ocupação não se difere das demais quanto ao processo de encurralamento dos povos tradicionais locais, no entanto iniciou-se, em 1960, juntamente com a formação da ilha. A Ilha do Lagedo se originou por meio do intemperismo fluvial, em uma área que ocasionou o corte da porção territorial continental na margem esquerda denominada de “sangradouro”¹⁵, e, posteriormente, se expandiu através dos depósitos de sedimentos. Conforme relato do Sr. Anésio e do Luís Fernando

A ilha era terra firme. Aí o rio fez esse sangradouro aqui; o riozinho que sangrou

¹⁵ Recebe o nome de *sangradouro*, pois vazanteiros fazem uma analogia aos cortes ocasionados no corpo humano, de onde o sangue escorre. Para eles, as águas ocasionaram o corte no perfil topográfico da margem esquerda, fazendo com que a mesma escorresse, formando um braço de rio e, posteriormente, a ilha.

aqui e foi canalizando pra cá e saiu cá embaixo na pedreira do Lagedo. Ela não é formada de remanso e croa igual as outras não. Por isso, essa parte do riozinho é barranco, e do outro lado é remanso. (Srº Anésio, vazanteiro e quilombola, 59 anos)

A ilha era um brejo. O pessoal plantava roça no braço de cá. Depois que o rio passou correr de lá, o pessoal que plantava roça dentro da várzea teve que sair. Aí um ficou trabalhando só de cá e outro só de lá. Aí que formou a ilha mesmo. O braço de lá é hoje é barranco alto, é fundo. Mas o pessoal que plantava de lá teve direito, a roça ficava no baixo. (Luiz Fernando, vazanteiro e quilombola, 25 anos).

Na figura 07, é possível compreender o processo de formação da ilha e sua extensão territorial, o “sangradouro” encontra-se no início da ilha em direção à jusante do rio. Na região do “riozinho”, do lado esquerdo da ilha, temos a área de terra-firme, o “barranco alto”, localizado entre a Comunidade do Lagedo e a Ilha do Lagedo. O riozão se localiza entre a Comunidade de São Domingos e a ilha, local onde se formam as pontas de praias e o lameiro, conforme a figura 07.

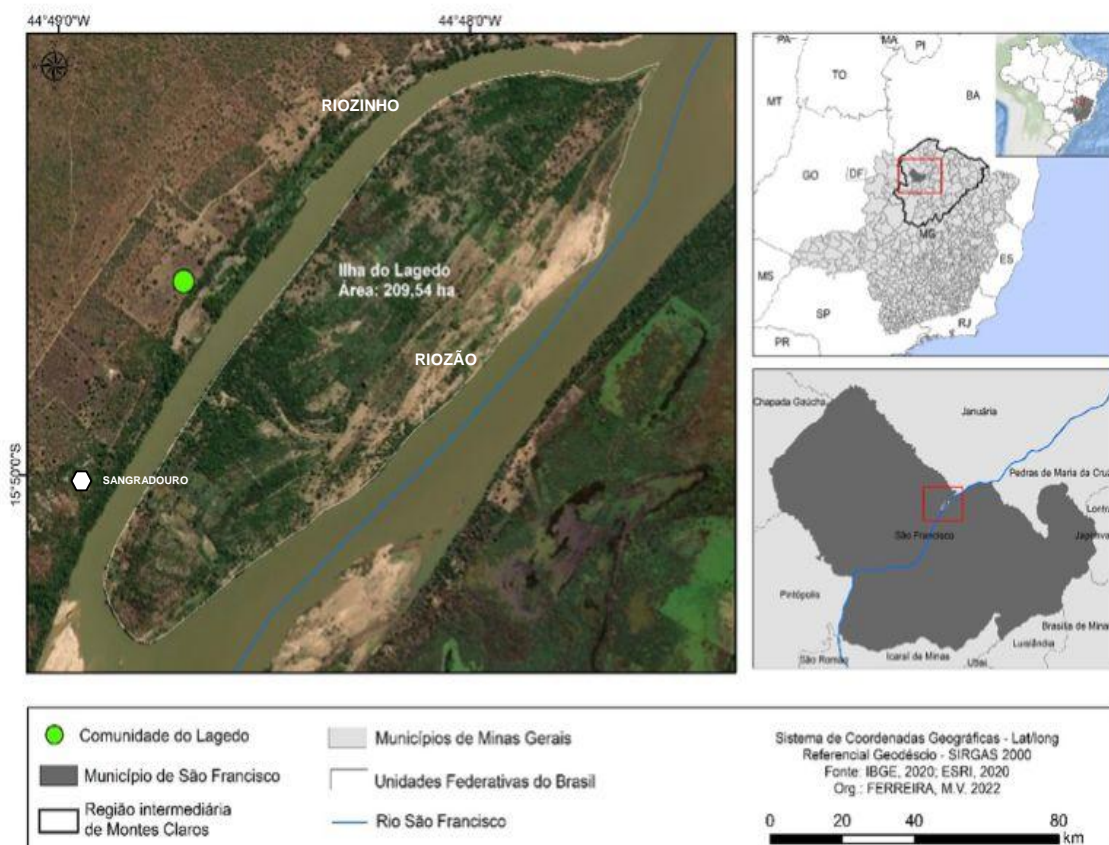


Figura 07: Localização da Ilha do Lagedo e sua estrutura territorial.
Org: FERREIRA, M.V, 2022. Adaptado por mim.

A ilha possui, em média, 2,1 Km², área que oscila de acordo o ciclo das águas e deposição de sedimentos. Percebe-se que, apesar de ser um território mutável em sua

extensão, traz a tradicionalidade nas vivências dos habitantes que se adequam aos ciclos das águas em suas regras de uso comum do território. No entanto, é importante ressaltar que as ilhas fluviais do Rio São Francisco estão sob jurisdição da Marinha do Brasil, ou seja, considera-se o Estado como titular do domínio das ilhas fluviais e terras marginais em águas estaduais públicas enquanto Área de Proteção Permanente - APP, conforme estabelecido pela Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 e o Decreto Estadual 43.710 de 08 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a Política de Florestal e de Proteção a Biodiversidade. Segundo Souza (2011), em seu artigo 10, inciso X, consideram -se as ilhas fluviais no território de Minas Gerais enquanto APP.

Art. 10 – Considera-se área de preservação permanente aquela protegida nos termos desde Decreto, revestida ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo de oxigênio de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas e situada:

X – **em ilha**, na faixa marginal além do leito maior sazonal, medida horizontalmente, em conformidade com a largura mínima de preservação permanente exigida para corpo d' água. (SOUZA, 2011, p. 84)

Em função desta legislação, as ilhas fluviais mineiras não deveriam ser habitadas de forma permanente por serem APP, no entanto há o Decreto 6.040 que institui a Política dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando o direito de uso e permanência das terras tradicionais ocupadas pelos vazanteiros. Esse direito é reforçado pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável da área – TAUS concedido via Secretaria do Patrimônio da União – SPU. Esse documento concede o direito de uso dos territórios das APPs e das ilhas aos Povos e Comunidades Tradicionais, permitindo assim a reprodução socioeconômica e sociocultural *das gentes rio*.

Assim, os vazanteiros se organizam nas ilhas, não possuem documentação oficial da terra fluvial, mas detêm os direitos de uso concedido pela Marinha e pela TAUS. Na comunidade vazanteira do Lagedo, fazem o uso da concessão via Marinha, não conhecem a TAUS. Quanto aos acordos comuns de divisão, estes ficam a cargo da comunidade vazanteira. Perguntei ao Srº Anésio como é questão da posse

Olha, aqui é terra da União, então pertence à Marinha; mas a Marinha não perturba nós aqui não. Ela deixa a gente plantar. Algumas pessoas criam gado; não pode! Mas a Marinha não perturba não. Não temos documentos da terra. Minha vazante na ilha não tem registro, não pode, é da União. A gente faz é acordo de boca mesmo. Todos daqui respeitam esse acordo. É assim: aqui é direito de

Gilvan, eu sei qual é a vazante dele, todos aqui sabe. Se Gilvan quiser vender, temos que respeitar o novo dono. Afinal, ele comprou o direito. Eu tenho meu direito, herdei de papai, é direito adquirido. Não estou plantando, mas todos sabem que essa parte aqui é minha vazante. (Srº Anésio, 59 anos, vazanteiro e quilombola)

Percebi, na fala do Srº Anésio, que ele citou dois tipos de direitos de uso do território da ilha. Mediante a isso, percebi que o processo de ocupação territorial da ilha se deu em contextos diferentes: o primeiro associado ao *direito adquirido*¹⁶ e o segundo associado ao *direito comprado*¹⁷.

Os primeiros habitantes da ilha, ocupantes das terras por meio do *direito adquirido*, são oriundos da década de 1960. Eram lavradores e vaqueiros (posseiros) que trabalhavam nas terras do fazendeiro Altair Cordeiro. A fazenda de Altair Cordeiro estava localizada onde se encontra atualmente a comunidade do Lagedo. Os posseiros da fazenda, ao perceberem a formação da ilha, para lá se deslocaram, fazendo desse local de trabalho, através da prática da agricultura de vazante. De posseiros do Altair Cordeiro, passaram a dono de suas terras na ilha.

A ilha começou a se formar, papai soltava gado para o Altair Cordeiro nessa região aqui ó (aponta do dedo em direção a margem do rio). Lembro que gado ficava lá; dava um capim nativo bom, pasto natural. Aí o rio começou a sangrar, e a terra foi cortando, formou a ilha. Papai, então, começou a plantar milho, feijão, melancia. Com o tempo, fomos morar na ilha. Papai cuidava do gado do Altair e plantava na ilha para nós. Hoje eu moro na Ilha e também aqui na Comunidade do Lagedo; fico lá e cá. (Srº Francisco, conhecido como Xico da Égua, 68 anos, vazanteiro e quilombola)

Chegamos aqui no final da década de 1960 para início de 1970. Muita gente veio para a ilha, pois não tínhamos terra para plantar. Moça, Deus nos deu essa terra, então viemos. A ilha é nossa, digo nossa, te todos que, no início, plantavam aqui, e passaram a morar. Mamãe e papai vieram para cá; eu era pequena, ajudava mamãe na horta, levantava cedo, dava comida para as galinhas, ajudava na lida da casa junto com mamãe. Meu irmão maiorzinho, ia para a vazante com papai, cuidar da plantação e também armava a rede para trazer a mistura do almoço. (Dona Lourdes, vazanteira, 60 anos)

O ano de 1979 foi marcado por uma grande cheia no Rio São Francisco que modificou a organização territorial da ilha. Segundo relatos, a ilha ficou submersa, e as famílias deixaram suas vazantes. Algumas migraram para Comunidade do Lagedo; e outras, para o Bairro Sagrada Família, no perímetro urbano. Após a cheia, muitas famílias não retornaram e venderam os seus direitos de uso do território. A partir daí, chegaram os habitantes de *direito comprado*, ou seja, os que adquiriram a posse por meio da compra de

¹⁶ Considera-se como terra de *direito adquirido* as propriedades dos primeiros moradores da ilha.

¹⁷ Considera-se como *direito comprado* as propriedades que foram compradas dos moradores antigos.

terras dos moradores antigos, enquadrados como detentores de *direito adquirido*. Essa nova categoria de moradores, hoje, tem sido dominante na ilha. Além dos moradores de *direito comprado*, temos os *moradores encurralados*, que passaram a morar na ilha, acolhidos pelos moradores de *direito adquirido*.

Chegamos aqui em 1984. Começamos a plantar na terra do pai da dona Lourdes. Antes plantávamos a vazante na beira do barranco, perto da Crós, não era na ilha. Aí chegou um fazendeiro e falou que aquela terra era dele, nos expulsou de lá. Depois veio a Crós, essa empresa de irrigação, a da banana. Aí, moça, você já sabe ...quem tem dinheiro, tem o governo e a lei ao lado, infelizmente é assim. Depois com trabalho, compramos um pedaço do direito do pai de dona Lourdes. Quando os pais dela morreram, eles já não moravam na ilha; moravam no Lagedo. Aí dona Lourdes vendeu parte para minha família. (Gilvan de Deusdete, vazanteiro, 55 anos).

Com a chegada da Crós, tivemos que sair das nossas terras. Aí fomos para ilha do Lagedo. O Paulinho nos deixou plantar aqui, no direito dele, digo da família dele. Aí fomos ficando e plantando. Hoje, uma parte da terra é meu direito. Começamos plantando na meia. Depois, ele virou padrinho do meu filho, e parte do direito para mim. (Zé Pretim, vazanteiro, 53 anos)

É possível perceber que os vazanteiros tem um sistema de posse de organização própria, estabelecido através de regras comuns de uso de território e direitos combinados. As regras de uso comum se aplicam ao território coletivo da ilha e também na organização das posses individuais. Segundo Anaya, a lógica preponderante de apropriação do território das vazantes combina com a coerência prevalente dos povos e comunidades tradicionais: são de caráter consensual e baseadas nos costumes ou no “sistema do lugar (ANAYA, 2014). As regras de uso comum e direitos combinados são cumpridas assiduamente pelos vazanteiros, principalmente no que se refere aos *direitos adquiridos* e aos *direitos comprados*¹⁸.

Para os vazanteiros, os direitos combinados são importantes, pois regula a apropriação das terras das vazantes e o acesso aos recursos naturais. Esses direitos são gerenciados de acordo com as dinâmicas das águas, cujas secas e enchentes alteram as áreas e limites das ilhas, redefinindo as propriedades das famílias (OLIVEIRA, 2005).

Na ilha do Lagedo, os vazanteiros, por mais que não haja divisão entre as áreas de cada família, reconhecem os direitos de ocupação e as regras estabelecidas coletivamente. Os vazanteiros de *direito adquirido* respeitam os vazanteiros de *direito comprado*. Atualmente, temos dezessete famílias que possuem direito de uso na ilha, organizadas de acordo com a

¹⁸ Os termos direito adquiridos e direitos comprados são usados pelos vazanteiros da Ilha como forma de categorizar as famílias. As famílias de direito adquirido se referem as mais antigas, a primeiras a chegarem na ilha e desenvolver a agricultura de vazante. Já as famílias de direitos comprados, se referem as recém-chegadas que compram o direito de uso das famílias antigas, são aquelas que virão a se tornar vazanteiras. Pois consideram a identidade vazanteira uma construção sociocultural efetivada por meio do saber fazer.

tabela 01.

Tabela 01 – Direito de uso do território e produção agrícola.

FAMÍLIA	TIPO DE DIREITO DE USO	TIPO DE PRODUÇÃO	LOCAL DE RESIDÊNCIA
José dos Anjos	Comprado	Criação de Gado	Comunidade do Lagedo
José Carlos e José Luís	Comprado	Criação de Gado	Comunidade do Lagedo e Ilha do Lagedo
Zé Pretinho	Adquirido	Agricultura de Vazante	Comunidade Lagedo
Chico da Égua	Adquirido	Criação de Gado e Agricultura de Vazante	Comunidade do Lagedo e Ilha do Lagedo
Srº Louro	Comprado	Agricultura de Vazante	Comunidade do Lagedo e Ilha do Lagedo
Vando de Louro	Comprado	Agricultura de Vazante	Comunidade do Lagedo e Ilha do Lagedo
Gilvan de Deusdete	Comprado	Criação de Gado e Agricultura de Vazante	Comunidade do Lagedo e Ilha do Lagedo
Anésio	Adquirido	Atualmente não produz	Comunidade do Lagedo
Paulinho	Adquirido	Atualmente não produz	Comunidade do Lagedo
Alcina	Adquirido	Atualmente não produz	Bairro Sagrada Família
Marçal	Adquirido	Atualmente não produz	Bairro Sagrada Família
João Marcelo	Adquirido	Atualmente não produz	Comunidade do Lagedo
José Geraldo	Comprado	Criação de Gado e Agricultura de Vazante	Comunidade São Domingos e Ilha do Lagedo
Jailson	Comprado	Criação de Gado e Agricultura de Vazante	Comunidade São Domingos e Ilha do Lagedo
Vicente Bibiu	Comprado	Agricultura de vazante	Bairro Sagrada Família

Divan	Comprado	Criação de Gado	Comunidade São Domingos e Ilha do Lagedo
-------	----------	-----------------	--

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022

De acordo com a tabela acima, também é possível perceber que nem todos que possuem o direito de uso da ilha, atualmente usufruem desse direito para a produção agrícola, no entanto mantêm suas terras. Há alguns vazanteiros que residem temporariamente na ilha; assim, possuem locais de moradia chamados de barracões. Outros plantam suas vazantes e residem na Comunidade do Lagedo e de São Domingos.

A estrutura das casas dos que residem temporariamente na ilha é precária. São casas de tijolos, construídas na parte alta da ilha, local onde denominam de Terra-Firme. Atualmente, temos seis casas construídas. A ilha não possui instalação de energia por parte Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. À noite, faz-se o uso de lanternas e candeias. As cinco casas não possuem energia elétrica, conforme a foto 03. Somente a casa do José Geraldo possui energia elétrica, disponível por placa solar, conforme a foto 04 e 05,



Foto 03: Barracão do Gilvan. Nota-se uma construção simples e inacabada. Serve de suporte para armazenar as colheitas oriundas da sua vazante, e também como local de pouso durante plantio.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, maio de 2022.



Foto 04 e 05: Casa de José Geraldo. Observa-se a placa solar em seu quintal ao fundo. Na chegada, tem-se uma mesa com um pé de manga, local de contar casos e fazer as refeições.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, março de 2022.

Sobre a questão da distribuição da água encanada e potável, perguntei ao Divan como a água chega até as casas. Ele me relatou que a água é disponibilizada através de bombeamento e não recebe tratamento para consumo. Cada vazanteiro compra o seu motor

para bombear água, de modo que não há bombeamento e armazenamento coletivo da água. A água armazenada é utilizada no preparo dos alimentos, higienização pessoal, afazeres domésticos e na lida com os animais de criação. Consideram a água sagrada e condicionam as formas de vida a essa. Por outros termos, os vazanteiros condicionam ao ciclo as águas. As fotos 06 e 07 retratam o bombeamento referido anteriormente.

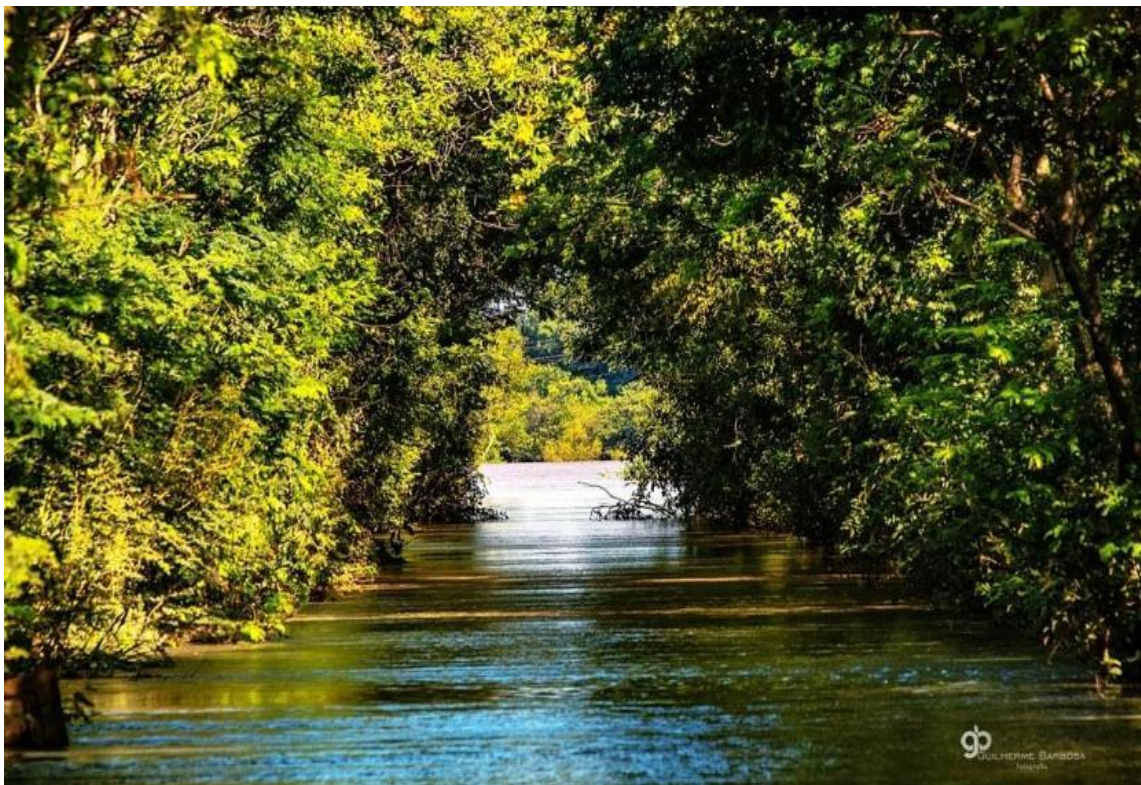


Fotos 06 e 07: O motor utilizado para bombeamento de uso individual. Geralmente o bombeamento é feito a cada três dias, dependendo da capacidade de armazenamento da água nas caixas d'água e do consumo da mesma nos afazeres do cotidiano. Coloca-se um cano para levar água até o local de armazenamento. Utiliza-se gasolina para funcionamento do motor. Após o uso, os canos e o motor são retirados, por receio de furtos por barqueiros que transitam no rio.

A situação de precariedade pela falta de acesso à energia elétrica e à água potável não impede os processos produtivos nas vazantes. O plantio agrícola é condicionado aos ciclos das águas. No período das cheias, a ilha fica praticamente deserta e, no período das secas, começam os plantios.

Nas pesquisas de campo, irrompeu-se como evidência a dinâmica do território da ilha nos momentos de secas e cheias. Apesar de serem referência de moradia e trabalho, os vazanteiros acolhiam e respeitavam o tempo e as regras da natureza. De acordo com Souza (2013), nas ilhas do São Francisco, há uma fluidez nos territórios. As pessoas que moram nas ilhas observam a natureza e sabem quando chega a hora de deixar as suas propriedades e partir para a terra firme, enquanto não é possível residir e trabalhar nas terras baixas. Ainda que mediante à ausência do estar no território, viviam as territorialidades através da espera das águas abaixarem, no esperar do retorno para as vazantes, onde fortalecem o modo de vidas local.

Entre dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, ocorreu uma grande cheia no rio São Francisco. Segundo à Agência Nacional das Águas – ANA, em dezembro houve um aumento do volume de chuva acima da média esperada desde de 2009. Dados apresentados pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE mostraram que, ao longo período citado, a Bacia do rio São Francisco apresentou um aumento de 270 mm de chuvas, 157 mm dos quais observados apenas no mês do dezembro, o que corresponde a 68% além do esperado. O nível do rio no município de São Francisco chegou a dobrar, saltando de 3,89 metros, no início de dezembro de 2021; para 8,18, no início de janeiro 2022 e quase 10 metros em fevereiro de 2022. Através das fotos 08 e 09, podemos perceber o aumento expressivo do nível da água e a inundação das áreas próximas às margens.



Fotos 08 e 09: A foto 08 foi tirada no início do período chuvoso (dezembro 2021) e a foto 09, próximo ao término do período chuvoso (fevereiro 2022).
Foto: PEREIRA, G, B, 2021e 2022

Durante o período chuvoso, além das inundações, as estradas de acesso ficaram precárias, de modo que não consegui me deslocar até à ilha para analisar de perto o processo

de retirada dos vazanteiros das áreas inundadas e/ou com risco de inundação. Era tanta água que o deslocamento de barco me deixava insegura, tornando-se perigosa tal empreitada. Mantive contato com Luiz Fernando e Divan, que me passavam diariamente as informações. Falaram até que, apesar de serem vazanteiros da Ilha do Lagedo, nunca se sentiram tão “ilhados”¹⁹. A Defesa Civil Municipal e a Marinha foram retirando as famílias das áreas de risco, e quando essas demoravam, os próprios moradores se organizavam de forma solidária para socorrer as pessoas e os animais de criação.

Moça, vou te falar uma coisa: água está subindo muito rápido. Perdemos algumas plantações até nas partes altas. Tem gado que desapareceu. Ontem mesmo, socorri um bezerro do José Carlos, que estava quase agarrado na árvore. Ouvi o bichinho mugindo, e era alto o barulho. Estava desesperado. Peguei o barco e fui procurar na parte inundada da ilha, encontrei e resgatei. Muitas famílias saíram às pressas. É arriscado demais ficar. Espalharam pela região, nas outras comunidades, nas casas dos parentes. (Luiz Fernando, vazanteiro e quilombola, 25 anos)

A Defesa Civil e a Marinha estiveram aqui. Foram retirando as pessoas das margens. Alguns não queriam sair, mas não teve jeito. Era água demais, e a previsão era de continuar chovendo. Eu mesmo retirei meu gado, a inundação estava atingindo a parte alta. Juntei com o José Geraldo; improvisamos uma lancha e fomos retirando o gado e as coisas do barracão. Quando o nível baixou, e o rio vazou, a gente volta. (Divan, vazanteiro e agricultor familiar, 42 anos)

A vida nossa é essa: a sina e o nosso destino quem manda é o rio. Agora com essa cheia, temos que sair daqui. O rio quis assim, a natureza quis assim; temos que obedecer. Perdemos parte da plantação, alguns animais de criação. Mas o rio não nos desampara. Vai ter muito peixe, as lagoas encheram que estão bonita de ver. (Cirilo, vazanteiro e quilombola, 46 anos)

A cheia causou impactos na organização territorial da ilha, que foi totalmente desabitada. De acordo com a figura 08 e a foto 10, a redução da área da ilha foi significativa.

¹⁹ O *estar ilhado* se refere à impossibilidade de deslocar entre o rio e margens. Associa-se à falta de mobilidade entre o urbano e rural devido às inundações, à destruição de pontes e estradas, e ao intenso volume de água no rio.

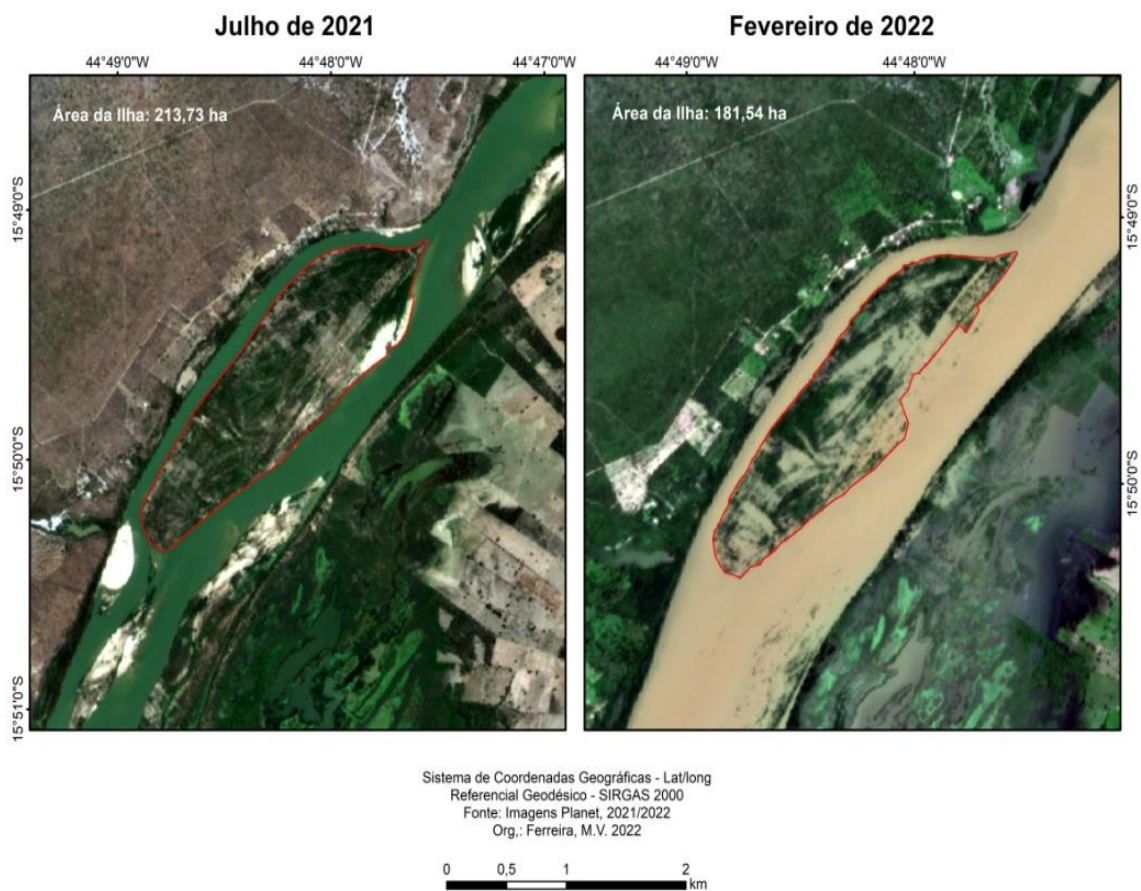


Figura 08: A figura se refere ao ciclo das águas na Ilha do Lagedo analisado no mês de julho de 2021 (corresponde ao período das secas) e fevereiro de 2022 (corresponde ao ultima grande cheia).
Org.: FERREIRA, M.V, 2022



Foto 10: Vista panorâmica das áreas inundadas no território da Ilha do Lagedo em fevereiro de 2022.
Autor: VIEIRA, L.F.R, fevereiro, 2022. Acervo pessoal.

Após o período da cheia e com a diminuição do volume de água do rio, em meados de março de 2022, os vazanteiros começaram a retornar para ilha e para as áreas marginais. Era tempo de reorganizar o território, estruturar os locais de produção, cuidar do lugar de trabalho, da terra e do *espaço vivido*.

Começamos a retornar. Primeiro, é fazer a limpeza do barracão. O barracão é pequeno, mas vai demorar; tinha muita lama, quase que um metro de lama. Tem que tirar na pá e carregar com um carrinho de mão. E também tem que preparar a terra, iniciar o plantio. Estou em casa novamente. Aqui que gosto de viver e trabalhar ... é tranquilo, sem barulho, só barulhos dos bichos da natureza mesmo. É retornar para o que é da gente. (José Geraldo, vazanteiro e agricultor familiar, 59 anos)

A fala do José Geraldo corrobora com os estudos de Souza (2011) para quem

As ilhas são uma referência como lugar de moradia e de trabalho... Em épocas que as águas do rio São Francisco diminuem, é chegada a hora dos moradores retornarem para as suas residências, onde realmente criaram as marcas do lugar de origem, ou seja, de seus territórios de vida. Esses homens e mulheres vivem “territorialidades flexíveis” um “vir-a-ser” das águas e das ilhas, como lugares de vida comum. (SOUZA, 2011, p.96)

Após o retorno dos vazanteiros e, em maio de 2022, quando o nível da água havia baixado consideravelmente, retornei à ilha para observar, de perto, as marcas da enchente, conforme as fotos 11, 12 e 13. Nesse período, eles estavam na expectativa do plantio; conversavam sobre a limpeza das *roças*²⁰ e também sobre a escolha do melhor lameiro para plantio de vazante.

²⁰ Os vazanteiros denominam de *roças* as áreas de cultivo agrícola em terras firmes; as terras baixas são nomeadas de *vazante*.



Foto 11: Na foto, o círculo se refere ao nível atingido pela água em uma árvore na parte alta da ilha. Segundo o Luiz Fernando, corresponde a aproximadamente 3 metros do nível da margem do rio.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Foto 12: Na foto, é possível notar o nível atingido pela água no barracão do Gilvan. Devido a inundação ele teve que se retirar do barracão.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Foto 13: Barraco do Gilvan após o período das cheias nota-se a deposição de sedimentos, segundo o próprio morador, a lama atingiu quase um metro de altura.
Autoria: ALMEIDA, M.A.F, maio de 2022.

Quando se retorna, o trabalho na ilha readquire o dinamismo dos ciclos de produção agrário, no entanto é preciso reorganizar a “casa” e, segundo relatos, costuma ser trabalhoso, principalmente no que se refere à travessia do gado. Como já foi abordado, durante o período das cheias, se há um aumento considerável do nível da água do rio, o gado precisa ser retirado da ilha. Quando isso ocorre, contam com a solidariedade dos agricultores familiares das proximidades ou alugam os pastos. Após as cheias, é tempo de trazer o gado para ilha. O pasto natural está ficando bom; é tempo de soltura.

A travessia do gado exige conhecimento em relação ao curso d’ água. É preciso saber os locais propícios e seguros, já que o rio costuma formar *bancos de areia*²¹, dificultando as travessias. Os vazanteiros costumam contar com a ajuda de Pescadores, pois esses detêm bastante conhecimento em relação aos cursos de água, e também contam com a ajuda de outros homens para segurar o gado durante a travessia. Costuma ser um trabalho que exige tempo e desgaste físico, sendo preciso ter habilidade e força braçal.

O vaqueiro que auxilia na travessia toca o gado até a beira do barranco. Lá há um barco em espera com dois outros homens para receber o gado, que é puxado por uma corda,

²¹ Os bancos de areia consistem no acúmulo de areia no meio do curso de água. Constitui um obstáculo à navegação e pode causar afogamentos.

enquanto os bezerros costumam ser transportados em cima da embarcação. Os demais vão ao lado, sendo puxados pelo barco. A cada travessia leva-se somente um animal de criação, conforme foto 14 e 15. De acordo com a quantidade de rebanho, costuma-se levar de dois a três dias para transportar o gado.



Foto 14: Partida do gado na Comunidade de São Domingos, localizada à margem direita do rio em direção a Ilha do Lagedo.
Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Foto 15: Chegada do gado na Ilha do Lagedo em área de ponta de praia. Após a chegada, o gado a conduzido até as áreas de baixão e terras-altas.
Autoria: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

Particpei da travessia e pude compreender a riqueza de conhecimento dos vazanteiros e pescadores que ali estavam. Perguntei o porquê da escolha do ponto partida (barranco) até o ponto de chegada (praia) na ilha e se esse transcurso era perigoso.

Assim... perigo sempre tem. Mas a gente conhece esse rio; procura os melhores locais para atravessar, sabe? Principalmente por causa dos “garrotizinhos”. Precisam de locais mais rasos, mas também não tão profundos, pois precisa da força da correnteza para ajudar o gado a boiar, além da força do motor do barco e do braço do peão que segura a cabeça do garrote. Não é qualquer pessoa que dá conta, tem que ter sabedoria. É perigoso, mas tem que fazer. (Srº José Geraldo, 59 anos, vazanteiro e agricultor familiar)

A fala do entrevistado me remeteu aos escritos do Guimarães Rosa em relação à vida cotidiana no rio São Francisco por parte das gentes rio e as travessias necessárias. Atravessar o rio é atravessar o conhecimento, os medos, transcender o território e expressar os modos de viver no rio e para com rio por meio das práticas do saber fazer.

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso dó que em primeiro se pensou. Viver não é muito perigoso? (ROSA, 2001, p.26)

O saber fazer dessas pessoas estão também vinculados à apropriação do rio, dinâmica que promove a gênese dos conhecimentos tradicionais através da experiência do lugar e da harmonia das relações socioterritoriais. As experiências vividas dão sentido ao trabalho e às relações sociais estabelecidas com grupos distintos, mas que possuem um elo: o Rio São Francisco.

O Rio São Francisco é o marco de identificação que une os vazanteiros aos pescadores e cria os laços de solidariedade e compadrio entre ambos. Há uma parcela de pescadores que também plantam e vazantes, e também há uma parcela de vazanteiros que possuem registro como pescadores artesanais tradicionais via Colônia de Pescadores Z-3, ambos são considerados *gentes do rio*. Sendo assim, o território do rio assume uma carga simbólica-identitária criada por meio dos modos de vida e suas representações afetivas na identificação com o lugar. Perguntei ao Pescador Toni Guri e ao José Geraldo sobre o que o rio São Francisco representava em suas vidas

Eu fui nascido e sou criado nesse rio, desde de pequeno. Aprendi a pescar com meu pai, já plantei em vazante também, hoje não planto mais, não tenho mais saúde, mas estou aqui no rio dos dias, conheço várias vazantes e sou amigo dos vazanteiros. Sabe, é uma forma de matar a saudade do tempo que eu plantava. O José Geraldo me falou que iria atravessar o gado; trouxe barco e me ofereci para pilotar. Meu barco é mais... aí atravessamos mais rápido. Se não fosse o rio, o que seria de nós? Às vezes, vejo ele cheio de banco de areia, e dá dó, sabe? Por mais que chuva pode ser ruim, como foi no início, o rio encheu demais. É a chuva que dá esperança. Esse ano mesmo a safra da pesca vai ser boa. (Toni Guri, pescador e barqueiro, 65 anos)

Ah, todos os dias eu praticamente atravesso esse rio. Minha esposa mora em São Domingos, do lado de lá, e eu fico mais do lado de cá, aqui na ilha do Lagedo. Prefiro morar aqui, mas ela não quer. Aí tenho que ir lá todos dias, né? Não durmo lá todos dias; depende dos afazeres na ilha. Quando é época de plantio, costume ficar mais aqui e ir lá só aos finais de semana. Hoje vim trazer o gado de volta para ilha. O Toni veio me ajudar com o barco dele. Eu tenho o meu, mas o dele é melhor. Eu sou vazanteiro e agricultor familiar, mas eu sempre falo para Toni que nós somos é do rio. Ele pesca seu peixe, eu planto minha vazante, trocamos peixe por abobora (risos). Mas uma coisa é verdade: a gente é do rio, pois dependemos dele. (José Geraldo, vazanteiro e agricultor familiar, 59 anos)

De acordo com essas narrativas, é notório o vínculo de ambos com o Rio São Francisco, o que os distingue é apenas a forma de trabalho que executam, mas, segundo eles, ambos fazem parte de uma comunidade de gentes de rio, posto que, segundo Brandão,

Todos os espaços sociais de trabalho, convivência e participação, configuram situações simbólicas de afirmação de similitude e de diferença. O que distingue uns dos outros é a maneira como interna e externamente relacionam o desejo da afirmação de uma para outra, na produção de identidades. (BRANDÃO, 1995, p. 166)

Nesse sentido, os vazanteiros, convivem de forma harmoniosa; trocam experiências e partilham o alimento. As afinidades criadas são marcadas pelo rio, território de convivência e essencial à sobrevivência de todos. Em tal perspectiva, os indivíduos da vazante se assimilam no vínculo afetivo com rio, no respeito à natureza, na concepção do rio, enquanto espaço vital, nas relações de compadrio e se divergem na execução do trabalho, com modos de vida diferentes, mas que integram no famoso peixe com abóbora.

As tarefas cotidianas na ilha se organizam de acordo com a estrutura produtiva e a dinâmica socioterritorial, os modos do saber fazer se vinculam aos ciclos das águas. É no dia a dia que se cria laços das territorialidades e re-significam os modos de produção. A estrutura produtiva apresenta características peculiares a ilha, onde identidades múltiplas que se complementam e estão interligadas ao rio.

2.2 A estrutura produtiva e socioterritorial: o ser vazanteiro e o vir a ser vazanteiro

"Eu sou mil possíveis em mim; mas não posso me resignar a querer apenas um deles"

(Roger Bastide)

Ao iniciar a pesquisa acerca da produção agrícola, queria compreender como eram as práticas de plantio e a organização dos espaços produtivos e, dada a peculiaridade local, como se dava a organização do calendário agrícola em função dos ciclos das águas. Plantar em áreas de vazantes, ao meu ver, parecia muito desafiador principalmente por estar totalmente condicionado ao ciclo da natureza. Ficava me questionando como os vazanteiros organizavam o seu trabalho em relação ao meio natural e ao sistema de produção agrícola.

A agricultura de vazante não se reduzia em simplesmente plantar em beiras de rio e/ou em ilhas; envolvia técnicas do saber fazer nos diversos ambientes integrados ao território vazanteiro condicionado pelo ciclo produtivo cheia/vazante/seca. O território vazanteiro é amplo e complexo, pois é composto por ambientes com características distintas e de suma importância para a diversificação da produção e manutenção dos modos vidas locais. Temos os seguintes complexos de cultivos e reprodução socioterritorial denominados por Oliveira (2005) como “ecossistemas são franciscanos”: as terras firmes ou altas, as beiras rios, as lagoas e as ilhas. Esses “ecossistemas são franciscanos” são caracterizados segundo Neves

(2012) em

O lameiro: são as áreas marginais de boa fertilidade, com solos renovados a cada período de cheia, que ocorre entre os meses de novembro a fevereiro. Nele se planta em sistema de policultivo, consorciando as mais variadas espécies, abóboras, melancia, batata doce, quiabo, hortaliças, mas principalmente o feijão e o milho. O plantio no lameiro é realizado na medida em que vai diminuindo o nível das águas do rio, período conhecido como vazante que pode acontecer no início de dezembro e após o mês de fevereiro. Pela dificuldade de se prever a variação da amplitude do São Francisco durante a estação chuvosa, torna-se bastante comum a perda de lavouras neste agroambiente, devido a sua baixa topografia e frequente inundação.

O Baixão: São áreas relativamente deprimidas no interior da ilha, caracterizam-se por serem inundáveis periodicamente e no período da vazante formam pequenas lagoas, algumas inclusive perenes onde ocorre a reprodução de peixes. Neste agroambiente os vazanteiros plantam em forma de policultivo: o milho; variadas espécies de feijão, quiabo, amendoim, 81 pimenta, abóbora, melancia, hortaliças, batata doce e nos flancos formados próximos ao baixão plantam-se: cana-de-açúcar, banana, o feijão guandu, mandioca, milho entre outros. O plantio ocorre a partir do mês de outubro, para aproveitar as águas da chuva e após o período das cheias, que por sua vez fertiliza naturalmente o solo, através da incorporação de sedimentos trazidos pelas águas fluviais, podendo se prolongar por um período maior devido ao acúmulo das águas represadas no baixão.

Terras Altas: constituem as áreas mais elevadas da ilha, podem ser inundadas em cheias excepcionais, é o local onde se constrói a casa ou o rancho. Geralmente as espécies cultivadas são frutíferas perenes como: mangueira, cajazeira, goiabeira, amoreira, bananeira, laranjeira, jaqueira, limoeiro, além de mandioca e milho. Nesse local ficam instalados as benfeitorias como a casa, oficinas de farinha, chiqueiros, curral, paiol, criação de galinhas, hortas com diferentes espécies e ervas medicinais. (NEVE, 2012, p.80-82 grifos meus)

As ilhas do Alto-Médio São Francisco em sua maioria costumam apresentar essa estrutura de produção. O plantio requer conhecimento do solo e também do ciclo das águas, de maneira que os tipos de culturas agrícolas são selecionados de acordo com a área a ser plantada. Nas terras-altas, o plantio acontece no período das chuvas e nas terras baixas, o plantio ocorre no período das secas. Os vazanteiros possuem técnicas e apetrechos rudimentares para o plantio e constantemente compartilham os materiais para a produção agrícola. Ainda, em comum acordo e na troca de saberes, selecionam os produtos a serem plantados de acordo com o ciclo das águas. Como aborda Araújo (2007)

O processo de trabalho que transforma a ilha em roças da seca, das águas e quintais são fazeres que estão relacionados com o tempo e o espaço específico das ilhas existente no rio São Francisco... Nas ilhas, a dinâmica das enchentes impõe uma convivência maleável com os lugares, o fazer é construído em consonância com as dinâmicas do rio e um constante refazer de habitações, quintais e plantios...Os moradores das ilhas trabalham com recursos escassos e no seu manejo acessam o saber fazer acumulado e transmitido entre gerações. Em todo o processo, essas populações lidam com o contraditório: a abundância e a perda, a certeza e o risco. (ARAÚJO, 2009, p.55).

Os riscos são presentes nas narrativas dos vazanteiros da Ilha do Lagedo. A grande cheia, no final de 202, gerou perdas e incertezas. Perderam a produção nas terras baixas, algumas já em ponto de colheita, prejuízos que também se estenderam aos animais de criação. Apesar desse cenário de perdas, os vazanteiros reforçam a crença na certeza de um eterno recomeço

Ninguém estava esperando uma cheia tão grande. A enchente atual só não foi maior do que a de 1979, mas muita gente teve que sair de suas casas e perderam suas roças e animais. Eu também perdi; foi muito prejuízo, pois tive que vender minhas galinhas por 15 reais. Vi amigos meu vendendo gado baratinho também para conseguir sustentar a família. A cheia foi longa; foi um período incerto, pois não parava de chover, e o rio só subindo. Retiramos o que podíamos, contra o tempo, sabe? Não imaginávamos uma cheia dessa. Minha roça de milho ficou de baixo d'água. (Vando de Loro, 57 anos, vazanteiro e ribeirinho²²)

Apesar de as ilhas integrarem o “ecossistema são franciscano” e apresentarem solo altamente férteis, seus territórios mutáveis trazem incertezas na segurança da produção devido ao ciclo das águas. Os períodos de secas longas dificultam o plantio nas terras firmes e torna as aéreas de lameiros menores, enquanto o excesso de chuvas, tornam as áreas de lameiros escassas. É necessário um equilíbrio no ciclo das chuvas e das águas.

Na Ilha do Lagedo, o “ecossistema são franciscano” apresenta uma peculiaridade: nas áreas de baixão, não há formações de grandes lagoas, apenas pequenas poças de água, aspecto que praticamente inviabiliza o cultivo nessa área. Nas andanças pela ilha, Luiz Fernando e, posteriormente, José Carlos e Divan, foram me apresentando a organização socioterritorial, com seus locais de plantio e criação do gado. Paramos no barraco do José Carlos e traçamos o seguinte perfil cartográfico de uso de solo (figura 09) na ilha.

²² Vazanteiro e Ribeirinho são as famílias que fazem uso do território da vazante da Ilha do Lagedo, residem no Território Quilombola de Bom Jardim da Prata e não se identificam como Quilombola. Acionam a categoria ribeirinha em função de interesses econômicos voltados em prol dos fazendeiros locais.

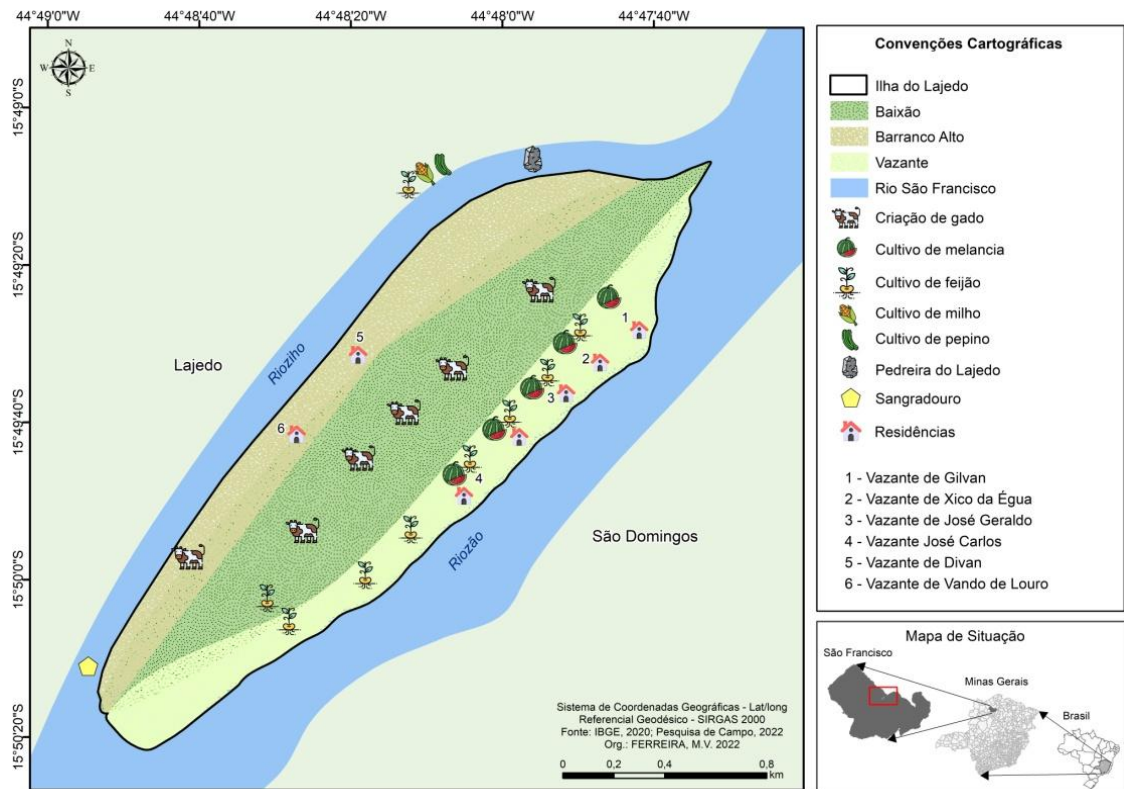


Figura 09: Perfil cartográfico de uso do solo na Ilha do Lagedo

Fonte: Dados da pesquisa

Org.: FERREIRA, M.V, 2022

O perfil cartográfico de uso de solo na ilha do Lagedo, ao longo dos anos, tem apresentado mudanças significativas nos processos produtivos. Muitos vazanteiros de *direito adquirido* têm vendido suas terras para os vazanteiros de *direito comprado*. Os vazanteiros de *direito comprado* focam mais na criação de gado em relação ao plantio agrícola, pois tem, nessa atividade, uma rentabilidade maior, além de ser menos trabalhosa e não depender exclusivamente dos ciclos das chuvas. É notório também que os vazanteiros de *direito comprado* possuem mais recursos socioeconômicos. Os vazanteiros de “*direito comprado*” são os recém-chegados, se autodenominam de vazanteiros e agricultores familiares. Atualmente possuem as maiores porções de terra na ilha. Dominam a produção do gado e são aprendizes na produção agrícola em vazantes.

De acordo com o perfil cartográfico, é possível perceber que, diferente das demais vazantes do Alto-Médio, as áreas de baixão têm ser tornado pastos, onde o gado é criado à solta. A criação de gado sempre esteve presente na ilha, no entanto, a partir da década de 2010, se tornou a principal atividade econômica e foi ocupando as áreas de baixão e terras altas.

Procurei investigar o porquê dessa mudança produtiva e as vendas dos direitos por

parte dos vazanteiros mais antigos. Portanto, adentrei na Comunidade do Lagedo, uma vez que 96% dos vazanteiros da Ilha do Lagedo, possuíam vínculo territorial com a Comunidade do Lagedo ou a usavam como local de moradia. A Comunidade do Lagedo tem passado por diversos conflitos socioambientais que, seguramente, não constituem o fator de análise dessa dissertação, no entanto é importante citá-los, pois o esvaziamento populacional na comunidade relacionado aos conflitos territoriais contribui para a comercialização das terras na ilha e, posteriormente, para a mudança produtiva.

Outros fatores também são significantes, como a migração temporária para as *firmas*²³ e o envelhecimento populacional. Na Comunidade do Lagedo, praticamente não há mais jovens e intensificou-se o número de idosos que, em razão de limitações impostas pela idade, não conseguem mais cuidar da vazante e acabam vendendo seus direitos. Perguntei à entrevistada, moradora da Comunidade do Lagedo, se a família dela ainda plantava na vazante e onde se encontravam os filhos que carinhosamente ela me mostrou em fotos expostas na estante.

Eu tinha um direito na ilha, herdado de papai. Plantávamos lá, mas hoje não damos conta; meu marido está velho, eu também. Não temos forças para isso mais não. Perguntei “os meninos” (se referindo aos filhos) se eles queriam plantar lá. Se não quisessem, melhor vender. Eles concordaram em vender, não têm interesse em plantar. Tenho seis filhos, todos vivos, graças a Deus. Dos quatro homens, dois moram fora, em Brasília. Os outros moram aqui, mas preferem ir para a firma. Uma das minhas filhas também vai para firma cozinhar, e a caçula fica aqui comigo, me ajuda nos serviços da casa, ando adoentada e não consigo trabalhar tanto assim. (Dona Geralda, 73 anos, aposentada – moradora da Comunidade do Lagedo)

Identifiquei, em média, oito unidades familiares residentes na Comunidade do Lagedo, que venderam os direitos de uso da terra na Ilha do Lagedo, mas, ainda assim, se autodenominam como vazanteiras. E os novos chegantes, também vazanteiros por atribuição, são acolhidos com respeito na ilha, pois, como já foi citado anteriormente, todos respeitam as regras e acordos comuns. Às vezes, ocorrem alguns conflitos, principalmente quando o gado invade e destrói a plantação do outro, nada que não possa ser resolvido com o ressarcimento dos prejuízos de parte a parte.

A introdução do gado na ilha mostra uma descontinuidade da tradição dos plantios agrícolas e também seu esvaziamento populacional. Há um enfraquecimento da identidade vazanteira e inserção de novas atribuições identitárias, relacionadas às políticas públicas

²³ Firmas: locais de grande empreendimento do agronegócio que demanda mão de obra agrícola sazonal. Os locais mais citados foram São Gotardo – MG, Unai – MG, Coxim – MS.

governamentais. A identidade vazanteira perde sua força, mas não deixa de existir, pois permanece no vazanteiro tradicional e é construída no “vir a ser vazanteiro”. Nota-se que há uma conexão entre o “ser vazanteiro” (moradores antigos) e o “vir a ser vazanteiro” (recém chegados – chegantes), unidos nas práticas socioterritoriais e identitárias no território da vazante, onde ambos aprendem uns com os outros. A ilha torna-se fonte de significado e experiencia, cuja identidade passa a ser entendida com base em Hall (1999)

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que “é preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais imaginamos ser vistos por outro. (HALL, 1999, p.39)

A partir do momento em que os chegantes são aceitos na ilha, a identidade vazanteira é incorporada a eles, de modo que tal espaço se torna um conjunto de sistemas naturais e identidade, pois a identidade é o sentimento de pertencimento (SANTOS, 2008). O “vir a ser vazanteiro”, mesmo desvinculado do plantio em áreas de vazantes, ao longo do tempo, se torna “o ser vazanteiro” por habitar o lugar e criar os laços de pertencimento. Esse fato gera identidades híbridas categorizadas como vazanteiro-agricultor familiar, vazanteiro-quilombola e vazanteiro-ribeirinho, fator notório na fala do entrevistado

Moro aqui na vazante e na Comunidade São Domingos. Eu sou agricultor familiar e tenho a DAP. Planto minha roça no São Domingos; tem algumas pessoas que trabalham para mim lá. Aí tive uma oportunidade boa de comprar uma terrinha aqui na ilha. Comprei, trouxe meu gado, estou criando o gado aqui e um pouco lá. Esse ano fiz meu primeiro plantio no lameiro; então, também sou vazanteiro. Não ter plantado no lameiro, mas por fazer parte da Ilha, que é de vazanteiros. (José Geraldo, 59 anos, vazanteiro e agricultor familiar)

A múltipla territorialidade está atrelada ao território produtivo. O ato de estar na vazante e possuir o direito de uso da terra os tornam vazanteiro e, assim, são reconhecidos por meio da construção identitária, como nos mostra Claval:

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base especial ancorada na realidade [...] a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades [...]. (CLAVAL, 1999, p. 16 grifos meus)

Para “o ser vazanteiro” e o “vir a ser vazanteiro”, apesar das distintas formas de ocupação e produção, a terra e a água são símbolos de vida, de trabalho, de criar laços por

meio das relações de compadrio. O valor simbólico da terra transcende o valor econômico e, mesmo com identidades híbridas, possuem uma luta em comum: a luta pela terra e pelo território frente aos fazendeiros locais e grileiros na Comunidade do Lagedo. Com o objetivo comum em fortalecer o território da ilha, os vazanteiros se organizam socialmente. O interessante é que não há associação de vazanteiros na ilha; então, não é necessária apreciação em assembleia para serem aceitos enquanto membros da Ilha do Lagedo. Os vazanteiros que fazem o uso da ilha, geralmente buscam fazer parte da Associação Comunitária do Território Quilombola da Comunidade do Lagedo.

A Comunidade do Lagedo integra o território Quilombola de Bom Jardim da Prata, e os vazanteiros da ilha do Lagedo, por mais que a ilha não esteja fisicamente vinculada ao território quilombola, se sentem pertencentes à comunidade quilombola, seja por associação regulamentada ou por identificação nos modos de vida tradicionais locais. A questão de a ilha não pertencer ao território quilombola se refere ao âmbito jurídico, já que, como foi abordado, a ilha é patrimônio da União, configurando, portanto, uma legislação específica. Contudo, o vínculo dos vazanteiros se dá via Comunidade do Lagedo, local com o qual possuem grande vínculo afetivo.

Particpei de algumas reuniões da Associação Quilombola de Bom Jardim Prata e lá estavam presentes vazanteiros e quilombolas em busca de somar na luta pelo território e proteger a vazante. Foram reuniões tensas, com presença do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, lideranças das demais comunidades que integram o Território de Bom Jardim da Prata, antropólogos, engenheiros agrônomos, advogados, professores e fazendeiros locais (foto 15). E, estive presente na reunião da Associação Comunitária do Lagedo, cuja pauta era o risco e ameaça ao território em função da chegada dos “intrusos”, ou seja, os fazendeiros e grileiros de terra (foto 16).

Apesar de não existir conflitos agrários na ilha, os conflitos oriundos nas proximidades são considerados pelos vazanteiros como uma ameaça à organização socioterritorial presente através das diversas gerações e aos modos de vida locais. Por esse motivo, se engajam politicamente com as lideranças quilombolas do território de Bom Jardim Prata, uma vez que há muitos elementos que os unem, e o mais importante deles é a luta pela terra e pelo rio.



Foto 16: Reunião com INCRA sobre a titularização do Território Quilombola de Bom Jardim da Prata, na sede da Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata em setembro de 2021. Autoria: ALMEIDA, M.A.F, 2021.



Foto 17: Reunião sobre Direitos Territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais na Comunidade do Lagedo em junho de 2021. Foto: ALMEIDA, M.A.F, 2021.

Para os vazanteiros, fazer parte do processo de luta pelo território quilombola, mesmo alguns não se identificando como tal, é proteger a ilha de possíveis fazendeiros,

expropriadores de terra que, no passado, já expulsaram muitas famílias de seus territórios. Frente a uma ameaça constante de desterritorialização, eles vêm se mobilizando e se articulando em defesa dos seus territórios e territorialidades, resistem ao modelo desenvolvimentista da Revolução Verde²⁴ e buscam garantir a preservação dos “ecossistemas são franciscanos”. Como já foi abordado, não integram a rede de “Articulação Vazanteiros em Movimentos” e não possuem conhecimento sobre essa rede, razão pela qual buscam apoio junto aos quilombolas. Constituem, portanto, redes que reivindicam o reconhecimento de suas peculiaridades ecológicas e socioterritoriais, na defesa dos seus territórios vinculados às práticas do saber-fazer e as suas territorialidades.

2.3 O viver na Ilha do Lagedo e as práticas do saber fazer

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão*

(Cio da Terra – Milton Nascimento)

O município de São Francisco é marcado por ruralidades, cuja a terra produz vidas e sonhos. O trabalho na terra cria um modo de vida camponês²⁵ presente na cultura local e marcante na comunidade vazanteira. O ato de plantar e cultivar a terra na Ilha do Lagedo traz a singularidade dos modos do saber fazer, específico do “ecossistema são franciscano”. À medida que os moradores foram fortificando os laços com o ambiente e com as pessoas, a ilha tornou-se um lugar para abrigar a vida e o trabalho. A transformação do espaço da natureza ocorre com base nos modos de vidas dos moradores da ilha, que passa a ser considerada lugar de vivência do cotidiano.

O lugar de vivência é definido pelo valor simbólico do trabalho, da família, da esperança e da vida, ou, como diz Tuan (1983), é onde se constrói a vida e os homens reconhecem sua história enquanto sujeitos no mundo.

A concepção de sujeito no mundo está na apropriação do lugar construído nas relações sociais que se estabelecem, nas relações de amizade e no compadrio que se criam no

²⁴ A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) (...) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). (SANTILI, J, 2009 p. 25).

²⁵ A conceituação de *camponês*, é aquele que junto com a sua unidade familiar retira da terra praticamente todo o seu sustento. (MOURA, 1998 apud SOUZA, p. 114, 2011)

cotidiano da ilha. Quanto mais intensa essas relações, mais densa é a socialidade. Ingold²⁶ define a socialidade dessa relação

Como imanente ao campo dentro de cada vida humana e inaugurada mediante a qual procura-se completar, desse modo, a socialidade é o potencial gerador de um campo relacional, na qual todo ser humano cresce e tem como premissa o ativo engajamento do ser no mundo. Dentro do movimento da vida social, nos contextos de entrosamentos práticos uns com os outros, e com os seres não humanos, é que formas institucionais são geradas, inclusive aquelas que usam o nome de sociedade”. (INGOLD, 2003 p. 127-128).

Ao analisar a narrativa do entrevistado, foi possível compreender o quão estreitos são os laços de amizade que se criaram entre eles e com a ilha

Olha moça, viver da vazante não é fácil, mas é bom. Daqui tiro parte do sustento; aqui tenho compadres. Às vezes, essas margens ficam movitadas, é gente pescando, é gente que planta, é gente que vai para a cidade resolver os problemas que não dá para resolver aqui. Eu gosto de plantar, é bom ter alimento fresco.

Durante o plantio, nós contamos causos, falamos sobre as coisas da vida, se estão boas ou ruins. Se estão boas, a gente sorri; se estão ruins, pedimos a Deus melhorar. (Srº Francisco conhecido como Xico da Égua, 68 anos, vazanteiro e quilombola)

Cada um deles no decorrer do cotidiano vivenciam relações de amizade e compadrio e constroem a relação de pertencimento com ilha. Assim, todos os seres vivos e não vivos dão existência a uma comunidade entre margens, mesmo que essa esteja em um território mutável em função do cotidiano e suas especificidades, materializada no plantio na vazante.

O plantio é também o lugar das relações familiares e de compadrio. Nesse sentido, o saber fazer está interligado ao núcleo familiar e as experiências partilhadas entre “os vazanteiros” e “o vir a ser vazanteiro”, pois trocam sementes, apetrechos para o plantio e conhecimentos sobre a estrutura do solo e o ciclo das águas.

Como já foi citado, nem todos os moradores plantam na ilha, mas todos participam do processo de plantio, pois costumam um ajudar ou outro nas tarefas cotidianas.

Os moradores trabalham observando o ciclo da natureza, não se prendem às regras do plantio em áreas agrícolas não inundáveis, pois dependem do ciclo das águas. Assim,

²⁶ Para Tim Ingold as pessoas compreendem o mundo por meio das experiências dos seus sentidos, ou seja, o indivíduo é capaz de ter contato com o mundo mediante “percepções”. Nas comunidades vazanteiras, a percepção enquanto sujeito no mundo está relacionada no viver em comunidade, cujo a construção da identidade e efetivação do lugar se dá nas relações de compadrio e do saber fazer tradicionalmente repassado de geração a geração.

escolhem os produtos a serem plantados. Em ano ou meses de muita chuva, por exemplo, priorizam a produção de feijão e, dessa forma, vão selecionando o que produzir. Por isso, é necessário o saber fazer, fruto de um convívio simbiótico e duradouro relacionado à ilha e ao rio e de uma vivência pautada na observação empírica do solo, do ciclo hidrológico e das estações do ano. Na figura 10, é possível observar o ciclo do plantio na ilha

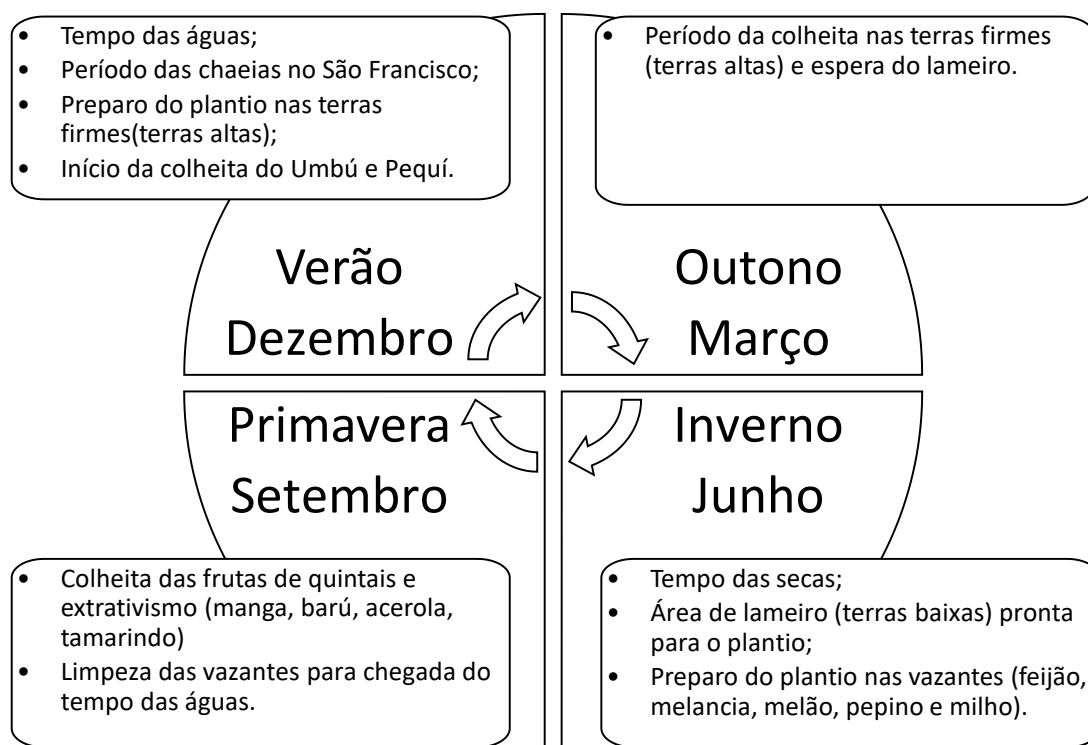


Figura 10: Ciclos dos plantios na Ilha do Lagedo, de acordo com as estações do ano
 Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo
 Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

Os ciclos das águas é um aspecto importante para a produção agrícola, é a compreensão do ecossistema local que permite a possibilidade do trabalho e do viver na ilha. Todos os moradores precisam aprender a conhecer o rio e o ciclo das chuvas, pois é mediante a esse conhecimento que se tornam capazes de traçar as estratégias para o plantio, de acordo com as manifestações da natureza.

De acordo com a figura 10, é possível notar que o ciclo de produção integra diversos ambientes e estruturas de solo diferentes e possibilita diversificar a produção para assegurar a disponibilidade de alimentos que abastecem as famílias vazanteiras e os demais habitantes do município. O ciclo do plantio se dá nas terras-altas e no lameiro, sendo organizado de acordo com os ciclos das chuvas. As formas de cultivo dos produtos plantados geralmente ocorrem de forma rudimentar e sem o uso de insumos agrícolas. Tem-se um

produto agroecológico²⁷ e mais saudável. O plantio ocorre em diversos ambientes do “ecossistema são franciscano”, traduzindo-se como a forma eficaz de garantir a produção durante o ano, como, por exemplo, a produção do milho.

Aqui a gente tem milho praticamente o ano inteiro. No período das cheias, planto na terra alta, e, no período das secas, planto nas terras baixas, no lameiro, o solo é mais úmido. O pessoal tem parado de plantar de milho. Praticamente só eu estou plantando, mas esses comem o milho que planto. Eu não planto abóbora, mas também como as abóboras que eles plantam. O bom de plantar na vazante é que a gente troca as coisas, um ajuda o outro. E temos também trabalho para o ano todo, alternando entre plantar no lameiro e na terras-altas. Não ficamos sem trabalho, sem plantar. (Cirilo, vazanteiro e quilombola, 45 anos)

O calendário agrícola é organizado e reorganizado de acordo com as cheias de cada ano. Quando necessário, costumam atrasar ou antecipar os plantios de acordo com o nível do rio e das chuvas. Quando ocorre uma cheia intensa, o tempo de espera para preparo do lameiro costuma ser maior e, nas secas prolongadas, aguardam os primeiros sinais de chuva trazidos pelo sentir dos ventos. De acordo com os dados da pesquisa de campo e as narrativas dos moradores da ilha e da Comunidade do Lagedo, temos o seguinte calendário agrícola organizado na tabela a seguir

Tabela 02: Calendário de produção agrícola dos vazanteiros da Ilha do Lagedo

PERÍODO/MESES	ETAPA DO PLANTIO	PRODUTOS	LOCAL DO PLANTIO	PESSOAS QUE REALIZAM AS ATIVIDADES	
Secas	Maio	Plantio da horta	Hortalças (pepino, alface, pimentão, abobrinha, couve)	Quintais das terras-altas (Comunidade do Lagedo) ²⁸	Mulheres
	Junho	Plantio e colheita	Feijão	Áreas de lameiro	Proprietários das vazantes
	Julho	Plantio e colheita	Melancia, quiabo, melão, pepino	Áreas de lameiro	Proprietários das vazantes
	Agosto	Extrativismo	Barú, Tamarindo	Mata Nativa	Mulheres
	Setembro	Colheita	Milho de Vazante	Áreas próximas ao lameiro	Proprietários das vazantes
	Outubro	Colheita	Mandioca	Terra-altas	Proprietários das vazantes
Colheita		Manga	Quintais das	Mulheres	

²⁷ A agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza, nas quais o que acontece é uma sucessão natural de eventos, permitindo, assim, que haja a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes químicos e que se cultive sem o uso de agrotóxicos (FONSECA, et al, 2011 p. 307).

²⁸ Incluí a Comunidade do Lagedo, pois grande parte da produção em terras-altas e nos quintais ocorrem nessa comunidade, através do sistema da meia (meeiro), dos deslocamentos temporários nas cheias, e por uma grande maioria residir nesse local.

				terras-altas (Comunidade do Lagedo)	
		Extrativismo	Barú	Mata Nativa	Mulheres
Cheias	Novembro	Plantio	Cana e Mandioca	Terra-altas	Proprietários das vazantes
	Dezembro	Colheita	Pequi e umbu	Mata Nativa	
	Janeiro	Colheita	Acerola	Quintais das terras-altas (Comunidade do Lagedo)	Mulheres
	Fevereiro	Preparo da terra para plantio	Andú e Gergilim	Terra-altas	Proprietários das vazantes
	Março	Limpeza das vazantes	Milho	Terra-altas	Proprietários das vazantes
	Abril	Plantio	Abóbora, melancia e quiabo.	Áreas de Lameiro	Proprietários das vazantes

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022

Na tabela 02, observamos que o trabalho nas terras-altas costuma estar relacionado ao universo masculino e aos plantios do milho, do feijão (e suas derivações), da mandioca e da cana. Temos também a produção dos quintais e o extrativismo vegetal, relacionados ao trabalho feminino. É importante ressaltar que essa divisão de tarefas não é limitada ao gênero, ambos transitam entre os “ecossistemas são franciscanos” de produção. Nota-se que homens e mulheres lutam para se manter e manter suas famílias, com atividades ligadas à terra, conforme afirma Woortmann (1990)

Vê-se, então que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família. (WOORTMANN, 1990, p.43)

A terra, as águas e as colheitas são motivos de orgulho e gratificação. Através desses elementos, proporcionam à família fartura e qualidade de vida, pois é a partir da terra e da agricultura de vazante que conseguem manter o bem estar familiar. (SOUZA, 2011).

O trabalho é dividido de acordo com os ambientes que integram o “ecossistema são franciscano”. Nas terras de lameiro, costumam plantar abóbora, melancia, feijão, milho (atualmente apresenta baixa produtividade na ilha); nas terras-altas, plantam feijão, milho, mandioca, cana, e, no que se refere ao plantio de hortaliças, essas ocorrem juntamente com a produção dos quintais.

Os vazanteiros consideram o lameiro uma dádiva do rio. Segundo eles, é o local mais fértil, a terra boa. Há uma maior facilidade para o plantio, já que a própria estrutura do

solo condiciona uma demanda menos árdua. Ali semeiam e deixam a natureza seguir o curso, apenas fiscalizam o desenvolvimento do plantio e fazem a limpeza das ervas daninhas.

Aqui é assim: o rio abaixa; aí aponto o primeiro lameiro. A gente tira as pauzadas, alguns matos, ervas daninhas e começa o plantio da melancia. Espera mais um pouco, o rio abaixa mais, aí vem o segundo lameiro. Enquanto a melancia e a abobora crescem, cuidamos da limpeza do segundo lameiro. Aí começamos o plantio do feijão. Não existe terra boa igual a essa; é presente do rio, de Deus para nós, principalmente para quem não tem condições de irrigar, ter fazenda. (Srº José Geraldo, 59 anos, vazanteiro e agricultor familiar)

Nas fotos abaixo (18, 19 e 20), é possível observar a estrutura do solo nas áreas de lameiro e os plantios da melancia, da abóbora e do feijão.



Foto 18: Plantio da melancia em área de lameiro após o período das secas. Nota-se uma estrutura de solo que apresenta deposição de húmus e rachaduras em função do intemperismo da água. São solos ricos em camada orgânica; por isso, nutritivos.
Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Figura 19: Plantio da abóbora em área de lameiro. Utiliza-se praticamente a mesma técnica de plantio da melancia.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



FOTO 20: Plantio do feijão na área denominada como *segundo lameiro*. Nota-se que a estrutura do solo é semelhante às áreas do primeiro lameiro, porém apresentam um solo com aspecto um pouco mais arenoso.

Os plantios nas terras altas costumam ser mais árduos e exigem mais mão de obra. Nesses espaços, costumam fazer mutirões para preparar, plantar e colher. O vizinho geralmente é quem se presta a ajuda. É necessário fazer a capina do solo, demandando um tempo maior de preparo para plantio.

Quando chega a hora de preparar a terra para plantar, a gente chama a vizinhança para ajudar. Minha mulher faz a comida, e junta uns cinco homens na capina, para colher também. Plantar aqui é mais trabalhoso do que no lameiro. A gente planta para diversificar a produção. Se pudesse escolher, iria plantar só no lameiro, mas é bom ter outro roçado, é garantia de mais alimento.

Nas fotos 21 e 22, temos o plantio nas terras altas, com destaque para o feijão, a mandioca e a cana.



Foto 21: Plantio do feijão nas terras-altas e nas proximidades das áreas de baixão após o período das cheias.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Foto 22: O plantio da mandioca e da cana (ao fundo). Nota-se que o solo apresenta uma estrutura mais arenosa do que as áreas de lameiro.
Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

A produção nos quintais está mais ligada ao trabalho das mulheres, pois fica mais próximo à casa. No entanto, envolve todos os membros da unidade familiar, uma vez que demandam atividades agrícolas múltiplas. Segundo as narrativas da entrevistada e do entrevistado, a estrutura do trabalho se organiza da seguinte forma

Eu cuido da casa, das crianças, dos bichos, do meu canteiro de horta. Acordo por volta das cinco e meia da manhã e faço o café. Meu marido também levanta e vai para o curral tirar o leite e depois cuidar do roçado. Após o café, dou comida as galinhas e aos porcos. Meu menino maior me ajuda a levar comida para os porcos. Aí vou cuidar das plantas e fazer o almoço. Quando chega próximo ao meio dia, meu marido vem almoçar. Antigamente era meu filho que levava, mas agora ele tem que ir para escola. O ônibus escolar passa às 11:30. Após o almoço, proseamos um pouco, até meu marido voltar para o roçado. De tardinha, preparo o jantar; costumo dormir por volta das oito da noite.

Eu saio para tirar o leite bem cedo; o café já está pronto essa hora. Tomo o café, vou cuidar primeiro do gado, depois de cuidar do gado vou para roçado, e no retorno passo no curral. A minha esposa que fica mais aqui em casa; cuida mais das plantas e dos bichos, ela me ajuda demais. Quando chega a época do umbu, ela faz polpa e congela. Temos suco praticamente o ano inteiro. Às vezes chego em casa e ela está sentada na varanda conversando com a comadre que mora ali (e aponta para a casa mais próxima).

As áreas de quintais são caracterizadas pelos elementos que ficam dentro da cerca.

Por serem próximas a casa, são geridas pelo universo feminino. Os locais fora da cerca correspondem à extensão desse universo, pois a mulheres também contribuem no plantio dos roçados indiretamente. De acordo com Brito (2020)

Os quintais são espaços de uso integrado do solo, que favorece a ciclagem de nutrientes, a conservação do solo e a biodiversidade. Assim, são locais de conservação, troca de saberes, geração de renda e autonomia, pois é nesse ambiente que as mulheres se 14 revestem de autonomia, debatem, se reconhecem como produtoras e tem a oportunidade de socializar com outras mulheres. (BRITO, 2020, p. 13-14)

De acordo com Fonseca et al (2011), as atividades produtivas em áreas de quintais

[...] são minuciosamente pensadas e alocadas na organização produtiva. A criação de galinhas e porcos tem lugar garantido nos quintais das famílias, pois é atividade que merece atenção constante e fica principalmente aos cuidados da mulher e dos filhos, assim como os pomares. Próxima à casa também está situada a horta caseira, que complementa a alimentação das famílias e está sob a responsabilidade da mulher que determina aumentar ou não o número de canteiros e a variedade de hortaliças, conforme a disponibilidade de água no terreno. (FONSECA, et al, 2011, p. 310)

Através das observações em campo organizei as estruturas dos quintais conforme a figura a seguir

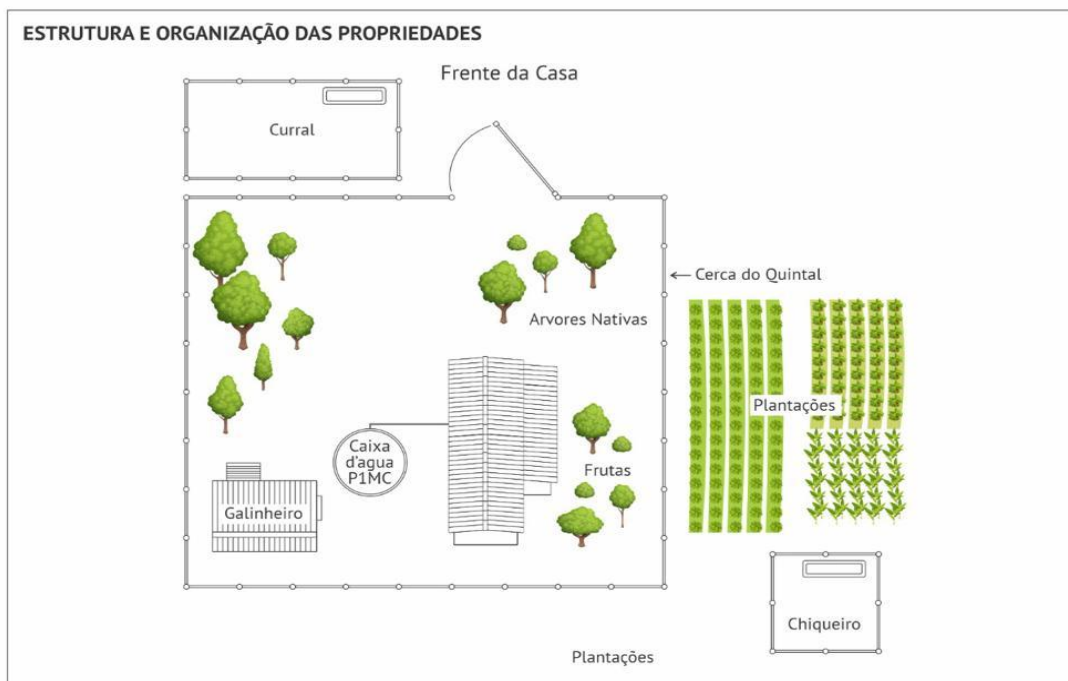


Figura 11: Estrutura das áreas de quintais.
Org.: ALMEIDA, M.A.F, 2022.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com a figura 11, é possível observar que os quintais possuem um sistema de agrobiodiversidade. Segundo Araújo (2009), os quintais são resultados de anos de investimento e trabalho. São muito valorizados pelo núcleo familiar, pois possuem uma abundância e diversidade de produtos que potencializam as estratégias alimentares da família e os produtos que costumam ser vendidos na cidade ou trocados com a vizinhança.

A disponibilidade de água para consumo e produção são oriundas do armazenamento da água da chuva em cisternas adquiridas pelo Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC²⁹ e do armazenamento de água em caixas de PVC, através do bombeamento da água do rio. A água é de suma importância para o consumo e para irrigar os plantios de quintais, e também são essenciais para a criação dos animais. A maioria das casas possui o plantio de frutas como laranja, acerola, caju, abacate, manga, tangerina, goiaba, mamão e banana. Na frente da casa, temos o curral, onde tira-se o leite e depois se faz a soltura do gado nos pastos naturais.



FOTO 23: Produção das frutas de quintais. Plantio da banana para consumo familiar.

Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

²⁹ O primeiro programa desenvolvido pela ASA, no início dos anos 2000, visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasce o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade é o principal objetivo do Programa. Através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias que vivem na zona rural dos municípios do Semiárido passam a ter água potável a alguns passos. Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber. (ASA MINAS disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc0>, acesso em julho de 2022)

No que se refere à estrutura das moradias, as casas são de construção recente, apresentam uma maior segurança e maior quantidade de mobiliário. Todas as casas possuem energia elétrica, o que proporciona mais conforto e outras formas de lazer ao núcleo familiar. A maioria das casas possuem geladeira, televisor, rádio, fogão, camas, guarda-roupas e mesa de cozinha. Apesar de terem fogão a gás, utilizam com mais frequência o fogão a lenha, pois, segundo os entrevistados, a comida fica mais saborosa. Os quintais e as cozinhas são os locais de maiores interações familiares, as atividades desenvolvidas nessas áreas, sendo elas de trabalho e/ou de lazer, envolvem todos os membros do núcleo familiar.



Figura 24: Vista panorâmica da casa, a cisterna do P1MC e árvores no entorno. Por ser uma área mais distante da beira do rio, apresenta um solo mais seco, típico do semiárido brasileiro. Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.



Foto 25: É possível observar a varanda e o fogão de lenha, locais usados às refeições e causos no cafezinho da tarde. Geralmente é onde se recebe as visitas.
Autora: ALMEIDA, M.A.F, 2022.

Os quintais produtivos fazem parte do universo vazanteiro e também são locais onde as práticas do saber são marcantes no trabalho cotidiano. Por mais distante que estejam do rio, para os vazanteiros os quintais estão logo ali, sendo importantes na construção e reconstrução dos lugares de vida trespassado pelo rio. Não são menos importantes do que as vazantes e representam o principal lugar da família, o lugar da moradia fixa.

A vazante é o principal elemento do trabalho e se integram aos quintais. Para além disso, é também o que torna possível a vida em movimento no espaço do rio. Muitas pessoas procuram os alimentos produzidos nessas áreas por conta da qualidade, dentre os quais destacam-se o milho fora de época, a melancia e a abóbora.

Os produtos agrícolas produzidos nas vazantes e nos quintais dos vazanteiros, transpassam o território da ilha e dos barrancos do rio, estando presente na vida cotidiana dos moradores da área urbana.

De acordo com Ingold (2012), na vida cotidiana, participamos na coisificação do mundo, pois há um precedente da visão da coisa como reunião em um lugar onde as pessoas se interagem para resolver suas questões pessoais e cada uma tece um fio no mundo. Os antecedentes que se entrelaçam formam uma malha de crescimento e movimento em um

espaço vital.

Nessa perspectiva, “o vazanteiro” e “o vir a ser vazanteiro”, através de seus elementos simbólicos de produção agrícola, vivencia a cultura e se une na concepção da ilha enquanto lugar de trabalho, moradia e relações de compadrio. O rio São Francisco aparece como um elo entre o homem e a natureza e permiti transitar os espaços entre o mundo rural e o urbano. Os deslocamentos são necessários no entendimento do vínculo de pertencimento com o lugar, pois à medida que conhecem as outras categorias identitárias reafirmam suas origens e suas tradições através das territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as épocas mais priscas, a agricultura de vazante é algo que se destaca nos ciclos de produção agrícola no município de São Francisco, sobretudo devido às práticas da policultura dos vazanteiros. Através das experiências vivenciadas no rio, os vazanteiros deixam como legado estórias que integram o grande aparato cultural do Norte de Minas. O homem, como ser social, molda o espaço, transformando-o em seu território e vivenciando, assim, territorialidades. Nessa ação, deflagra-se a integração entre homem e meio natural, num processo que transcende a perspectiva econômica. No convívio com rio e com a vazante, o vazanteiro desenvolve um sentimento de tofilia por estes ambientes, atribuindo-lhes valores que evidenciam seu modo de vida e cultura.

O território vazanteiro é produtor e re-produzido pelos vazanteiros, o ambiente da Ilha do Lagedo é demarcado e remarcado através dos acordos e regras de uso comum do território. As relações territoriais se dão por meio do trabalho e dos vínculos de amizades e compadrio que são estabelecidos entre a comunidade vazanteira.

O território geográfico depende, portanto, da maneira como os vazanteiros utilizam o espaço das margens e da Ilha para produzirem os meios necessários para sua sobrevivência (o saber-fazer) e existência (o ser), de modo que aproveitam os recursos que o rio lhes oferece, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto sociocultural, de acordo com o ciclo das águas.

Donos de um saber considerável acerca dos fenômenos da natureza, denominada de “ecossistemas são-franciscanos”, os vazanteiros fazem do ato de plantar um ritual, no qual a riqueza e a difusão do conhecimento empírico compõem a arte do saber-fazer e do ser vazanteiro. O saber tradicional torna-se instrumento de identificação para a classe. O saber plantar nos diversos ambientes da Ilha e das margens, a arte de escolher as culturas agrícolas e se deslocar no rio são características marcantes do vazanteiro tradicional do Rio São Francisco e que os diferem do demais grupos sociais que fazem o uso das águas do rio.

A inserção do gado na ilha causou impactos significativos na produção de alimentos, no entanto, ainda permanece a tradição do cultivar a terra e a identidade socioterritorial vazanteira. A quantidade de áreas de plantio diminuiu consideravelmente, assim como a diversidade de produção agrícola. Por outro lado, ampliou-se as áreas de criação do gado. Apesar desse fator, não existem conflitos territoriais dentro da ilha; todos convivem harmonicamente, respeitando o direito de uso da terra de cada um. No entanto, vale

salientar que os vazanteiros estão inseridos indiretamente em um ambiente conflituoso, pela disputa de território por fazendeiros e grileiros de terra, sobretudo na comunidade do Lagedo e Território Quilombola de Bom Jardim Prata. Uma vez que a maioria dos vazanteiros da Ilha do Lagedo possui vínculo territorial com essas comunidades, tal cenário de dissidência faz com que eles sintam seus territórios ameaçados.

Os vazanteiros integram os grupos sociais desfavorecidos economicamente, com baixo nível de poder aquisitivo e educação formal deficitária, restando-lhe, como único meio de sobrevivência, a agricultura de vazante. Apesar da situação de vulnerabilidade, imposta pelas condições socioeconômicas e também pelas cheias e/ou secas inesperadas, o vazanteiro procura sempre manter a esperança através da fé, da resiliência e da resistência, aprendidas ao longo dos anos na convivência com o rio. Assim, criam métodos de sobreviver em meio às alterações dos ciclos das águas e, na prática cotidiana, sabem conviver harmonicamente com a natureza, o que diz muito sobre os modos de vida e a cultura tradicional local.

A cultura, por ser um processo que perpassa as gerações, denota a necessidade de conservação das suas características. É um tema complexo, que apresenta uma multiplicidade de elementos, expressos através das práticas do saber fazer, no ser e no vir a ser vazanteiro,

Nessa lógica, a relevância da agricultura de vazante não se restringe somente aos aspectos culturais, estende-se ao domínio do sustento de famílias e reverbera no sentimento que une esses homens ao rio e a vazante, configurando o modo de vida dos mesmos. O sentimento de pertencimento dos vazanteiros para com o rio demonstra a simbologia que eles atribuem a esse ambiente, onde o rio é o sagrado, fonte de vida. As relações socioambientais e socioculturais se dão por meio de uma simbiose que transforma os vazanteiros em arautos da defesa do rio, fornecedores de alimentos para os demais moradores do município e propagadores da cultura tradicional local.

Espero que as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho venham a contribuir para um maior conhecimento acerca da produção em áreas de vazantes no Rio São Francisco em suas múltiplas facetas, demonstrando, assim, a importância que essa atividade detém na manutenção da cultura local, bem como para a sobrevivência de diversas famílias. Anseio, por fim, que este estudo possa contribuir para a elaboração de novas pesquisas visando à implementação de medidas que priorizem a preservação ambiental, a difusão das práticas agrícolas vazanteiras, além da preservação dos territórios vazanteiros e dos modos de vida tradicionais locais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. (2004b). **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, p.13-35.

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro J.P. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ANAYA, Felisa Cançado. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS – UFMG, 2012.

ANAYA, Felisa Cançado. et al. **De gentes, plantas e bichos: diversidade e conservação nas matas secas do norte de Minas**. ANAYA, Felisa Cançado; SANTO, Mario Marcos do Espírito. Montes Claros: Editora Unimontes, 2014.

ANGROSINO, Michel; FLICK, Uwe (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS – Unimontes, 2009.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas**. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em julho, 2022.

BRITO, Carolina Azevedo. **Mulheres e seus quintais produtivos: empoderamento feminino, sustentabilidade e segurança alimentar**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Especialização em Gestão Ambiental do Municípios, IF/Paraíba, 2020. Disponível em https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1607/1/CarolinaBrito_MULHERES%20RUR AIS%20E%20SEUS%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf. Acesso em setembro 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. **Diário de Campo** – Antropologia com Alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Pesquisa Participante**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A partilha da vida**. Taubaté: Editora Cabral,1995.

_____. **O afeta da terra: imaginário, sensibilidade e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. **O trabalho do saber.** Porto Alegre: Sulina, 1999a.

_____. **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999b.

_____. **São Francisco Meu Destino.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

BRANDÃO, Carlos R.; BORGES, Maristela C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 20, inc. III. **Dispõe sobre os bens de patrimônio da União.** Disponível em www.planalto.gov. Acesso em setembro de 2021.

_____. **Decreto Presidencial n. 6.040, de 2007:** que institui a política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em www.planalto.gov. Acesso em setembro de 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.** IBAMA, 2007.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Informe sobre o nível de vazão do Rio São Francisco:** risco de alerta de inundação. ANA, 2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-01/ana-informa-que-bacia-do-rio-sao-francisco-esta-em-condicao-de-cheia>. Acesso em agosto 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Boletim de monitoramento hidrológico do Rio São Francisco cheias de 2022.** INPE, 2022. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/sace/boletins/Saofrancisco>. Acesso em setembro, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** IBGE, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em fevereiro, 2021.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar. A. **Unidades de conservação e soberania alimentar [manuscrito] :** análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS – Unimontes, 2011.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Trad. Luiz Fugazzola e Margareth de Castro Afheche Pimenta. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. O papel da geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHAL, Z. (orgs). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à geografia cultural.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O território da transição da pós-modernidade.** GEOgraphia. Rio de Janeiro,

n1 Ano. 2, p. 7-26, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.251-256.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COSTA, Benhur P. **As relações entre o conceito de território, identidade e cultura no espaço urbano: Por uma abordagem microgeográfica**. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHAL, Z. (Orgs). *Geografia: Temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, p. 19-115.

COSTA, João Batista de A. **Cultura natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira**. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1 (3), 2008. pp. 8-45.

_____. **Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas**. In: SANTOS, Gilmar R. (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedades no Norte/Nordeste de MINAS**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraiszeiros y biodiversidad em el Norte de Minas Gerais**: La contribución de la agroecología y la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidad Nacional de Andalucía, Huelva.

_____. **De nativos e de cabloco**: reconfiguração do poder de representação de comunidade que lutam pelo lugar, 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/UNIMONTES, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6º ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2008.

_____. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Húmidas Brasileira, USP, 2001.

_____. **Formas de organização da produção pesqueira: alguns aspectos metodológicos**. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, 1988. Coletânea de trabalhos apresentados. São Paulo, PPCAUB/F. Ford/UICN, p. 1-39.

_____. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001, 176p.

FONSECA, Ana I. A. et. al. **Estratégias e organização das populações tradicionais no Norte de Minas**. In: FERREIRA, Darlene A.; FERREIRA, Enéas R.; LIMA, Adriano C. *Estudos agrários: a complexidade de rural contemporâneo*. (Orgs.) *Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 305-321.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Guanabara Koogan, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 10º ed. Petropolis: Vozes, 2008a.

GODINHO, Hugo .P; GODINHO, Alexandre L. **Breve visão do São Francisco.** In: GODINHO, Hugo P; GODINHO, Alexandre L, (orgs). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n-2, Mar/Abr. 1995, p. 57-63.

GONÇALVES, Carlos W .P. **“Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades”.** In: CECEÑA, A.E. e SADER, E. (orgs). A guerra infinita: hegemonia e terror mundial. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. Et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

_____. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. Dilemas de conceitos: espaços-território e concentração territorial. In: SAQUET, Marcos A; SPÓSITO, Eliseu S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

INGOLD, Tim. A Evolução da Sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org). **Evolução, Ciência, e Universo.** Bauru: Edusc, 2003. p. 107-131.

_____. Trazendo as coisas de volta a vida: **Emaranhados criativos no mundo de materiais.** Revista Horizontes Antropológicos, [S./l.], v. 18, nº 37, p. 22-44, jan./jun 2012.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

LIRA, Talita de M.; CHAVES, Maria. do P. S. R. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. Interações.** Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade.** Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de Junho de 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.**

Traduções de Airton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça, revista por Eunice Ribeiro Durham. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1978 (coleção os pensadores).

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Universidade/UFRGS/Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

MELLO, Luiz G., 1995. **Antropologia cultural: Iniciação, teoria e temas.** Petrópolis, Vozes, 6ª edição.

MELO, João N. **Do cerrado às barrancas do São Francisco.** Disponível em http://joaonavesdemello.blogspot.com/2009/11/do-cerrado-as-barrancas-do-rio-sao_14.html. Acesso em abril 2021.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. **Lei Florestal do Estado de Minas Gerais.** Lei Nº 14.309. Belo Horizonte, 2002.

_____. **Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade.** Decreto Estadual Nº 43.710. Belo Horizonte, 2004.

NEVES, José L. **Pesquisa qualitativa: Características, erros e possibilidades.** Caderno de Pesquisa em administração. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-4, 2 sem., 1996.

NEVES, Sérgio L.S. **Nas “entre ilhas” do São Francisco: agroecologia e territorialidades da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi – MG.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias/UFMG – Montes Claros, 2012.

OLIVEIRA, Joycelaine A. **Ciclos de águas e vidas: o caminho do rio nas vozes dos antigos vapozeiros e rameiros do São Francisco.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia/UFU – Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia L.de. **Vazanteiros do Rio São Francisco: Um Estudo Sobre Populações Tradicionais e Territorialidade no Norte de Minas.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia: Meio Ambiente e Sociedade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

POSEY, Darrell. A. **Os Kayapó e a natureza.** Ciência Hoje. Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RATZEL, Friedrich. Sobre a interpretação da natureza [Über Naturschilderung]. (Tradução: Marcos Bernardino de Carvalho) **Geographia**, v.12, n.23, p.157-176, 2010.

RIBAS, Alexandre D; SPOSITO, E.S; SAQUET, M. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ROCHA, Letícia Aparecida. **O poder da territorialidade: “O lugar da gente”, o território**

pesqueiro. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS – Unimontes, 2017.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepção sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SATO, Yoshimi; GODINH, Hugo P.. Peixes da bacia do rio São Francisco, p. 401-413. *In:* R.H. LOWE MCCONNELL (Ed.). **Estudos Ecológicos de Comunidades de Peixes Tropicais.** São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Rodrigo H. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar: um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí município de Ibiaí – MG.** Dissertação ((Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia/UFU – Uberlândia, 2008.

SOUZA, Ângela F. G de. **O tempo das águas: ciclos de entre as margens do rio São Francisco, a Ilha das Pimentas – Pirapora/MG.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia/UFU – Uberlândia, 2011.

SOUZA, Ângela F. G de. **Ser, estar, permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilha do Rio São Francisco.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia/UFU – Uberlândia, 2013.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrhand Brasil, 2008.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia/UFU – Uberlândia, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VIERTLER, Renate B. 2002. **Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos etnobiologia e etnoecologia**. Em “Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnologia e disciplinas correlatas”. Ed. Amorozo, M.C. M, Ming, L.C. Silva, S.P. pp. 11-29.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem social. In: **Anuário Antropológico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, n 87, 1990.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTESCLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Geografia



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ECLARECIDO

EU, _____, ACEITO participar voluntariamente da pesquisa “A Geografia do Cotidiano: dinâmicas territoriais e territorialidades na Ilha do Lagedo – São Francisco/MG” que tem como objetivo conhecer os modos de vida dos vazanteiros na Ilha do Lagedo e o sistema de manejo como prática tradicional sustentável, o processo de territorialização e construção da identidade local através da geografia do cotidiano. De acordo com os esclarecimentos prestados, respondendo às perguntas da entrevista feita pela pesquisadora Mariana Aparecida Farias Almeida, mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, no campus Darcy Ribeiro. ESTOU ciente da não garantia do sigilo e anonimato, bem como da liberdade para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento, sem punição alguma nem prejuízos à minha pessoa. Fui informado de que gozo da liberdade de não responder às perguntas que eu não considerar necessárias à entrevista. ESTOU ciente de que o estudo não envolve nenhum gasto, desconforto ou alteração em minha rotina. Além disso, estou ciente da garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa. ESTOU a par de que a pesquisadora estará à disposição para resolver tipo de dúvida e fornecer mais informações sobre o estudo, caso seja do meu interesse. Além disso, estou ciente de que em nenhum momento meu nome será objetivos de injúrias ou difamações, sendo tal estudo possuidor de um caráter estritamente científico para o conhecimento das ações e histórico da entidade. Se do meu interesse, poderei solicitar conhecer o resultado deste estudo.

São Francisco – MG, _____ de _____ de 2021/2022

Acadêmica / Pesquisadora

Entrevistado (a)



Questionário 01

1. Há quanto tempo reside na ilha?
2. Possui residência em outro local? Onde?
3. Sua família é composta por quantos membros? Todos residem com você?
4. Qual é o valor da renda média familiar?
5. Possui algum benefício do governo? Exemplo: Bolsa Família.
6. Qual o seu grau de escolaridade?
7. Em sua residência possui energia elétrica e acesso a água potável? Em casa de mais de uma residência especificar qual.
8. Você trabalha em outro local? Em caso de migração temporária especificar.



Questionário 02

1. Como é a organização territorial na Ilha? Como é a divisão das propriedades?
2. Como você adquiriu o “direito” de plantar na ilha?
3. Quais são os produtos agrícolas cultivados?
4. Você cria gado na ilha?
5. Qual a sua opinião sobre a criação de gado na ilha?
6. Há algum conflito por terra na Ilha?
7. Como você organiza o calendário agrícola? Como sabe a época de plantar?
8. Como você aprendeu sobre a estrutura do solo e os plantios em áreas de vazante?
9. Você sabe o que é Povos e Comunidades Tradicionais?
10. Você conhece os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais?
11. Você se considera vazanteiro? Por quê?
12. Você gosta de ser vazanteiro? Por quê?
13. Você conhece o Território Quilombola de Bom Jardim da Prata?
14. Você tem algum grau de parentesco com os moradores da Comunidade de São Domingos e/ou da Comunidade do Lagedo?
15. O que o Rio São Francisco representa para você?
16. O que pode ser feito para melhoria da qualidade de vida dos vazanteiros?